



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2023

Ata n.º 17

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dezassete de fevereiro, sendo a Mesa Composta por:----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila Nova;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação das atas 19.12.2022 e 23.01.2023;-----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Ferreiras e Guia; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento da declaração de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2022;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da autorização prévia prevista na alínea p) do n.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso Público Internacional para a Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Postes de Sinalética Direcional Publicitária no Concelho de Albufeira; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, referente ao Concurso Público para aquisição de Serviços de Certificação Legal de Contas do Município de Albufeira para os exercícios económicos de 2022 e 2023 - adjudicação e aprovação da minuta de contrato; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à 1.ª revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2023-2027; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à 1.ª revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2023-2027; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do art. 53.º a 56.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto e na al. ccc), do n.º 1 do art.º



33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, referente à participação do Município de Albufeira na Cooperativa Martrain CRL; -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Nelson José Guerreiro Cachita, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos Emanuel Rafael Vieira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Antonieta Helena Bernardino Dias, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

Faltas: Raul Ferreira e Margarida Guilherme. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Nelson Cachita e Antonieta Dias.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

Presidente da Assembleia: "Antes de dar início ao período de intervenção do público, gostaria de fazer duas referências relativamente à participação nas Assembleias Municipais. Nós que vivemos a questão da pandemia, tivemos a possibilidade de permitir aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, que pudessem fazê-lo via Net, porem a recomendação que agora temos, é que essas participações devem de ser presenciais e evitar a participação dos membros da Assembleia através do Teams. Só em casos muito especiais, e devidamente comprovado, é que devemos utilizar este sistema, de participação nas Assembleias Municipais, porque, a participação é essencialmente presencial. A outra questão que tem sido perguntada várias vezes, é a possibilidade de fazermos Assembleias Municipais rotativas pelas Juntas de Freguesia. Nós estávamos



a aguardar o novo sistema de gravação e vídeo, da Assembleia Municipal, de forma a que as mesmas possam também ser feitas nas Juntas de Freguesia, com vídeo e em direto. No entanto está a demorar um pouco. O sistema ainda não chegou, pelo que, vamos aguardar um pouco mais. Caso não chegue entretanto, eu terei que dentro de duas ou três sessões, fazer uma sessão numa das freguesias que será feita só com gravação e sem o Youtube em direto.”-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Nuno Cabrita: “Boa noite, começo por cumprimentar todas as pessoas presentes nesta Assembleia Municipal e os munícipes que estão a ver em casa. Senhor Presidente, na Assembleia de dezanove de dezembro sugeri a colocação de lombas redutoras de velocidade na estrada de Santa Eulália. Hoje não é uma sugestão, mas sim um pedido urgente. Na rua da Palmeira, é uma rua com grande movimentação de viaturas, encontra-se o campo da Palmeira, onde diariamente cerca de duzentas crianças praticam futebol. Nessa zona existe uma passadeira de acesso aos campos, o desrespeito com o limite de velocidade e com os peões é constante. Eu próprio já apanhei vários sustos. É urgente a colocação de lombas, de preferência iguais às colocadas junto à escola Francisco Cabrita e, se possível, um melhoramento da iluminação dessa área. Para quando uma solução para os peões que circulam na estrada de Vale Pedras, entre a Rotunda nova do Intermarché e a chamada rotunda do Montechoro?”-----

Rute Cirne: “Boa noite a todos os presentes. Já aqui todos me conhecem, mais uma vez estou aqui nesta Assembleia, e questionei várias vezes o Presidente sobre as condições da casa atribuída em quinze de março de dois mil e vinte e um. Depois de todas as reclamações, lá me forraram os três quartos, paredes e teto a pladur. Foi essa a saída que acharam que seria mais correta. Entretanto, a empresa que foi lá forrar os quartos informou-me que isso não ia resolver. O problema estava no telhado da casa e para me preparar com ao fim do ano, porque a casa estaria igual ou pior. Não aguentou um ano, aguentou sete meses. Neste momento, não suporto o cheiro a bolor, mobilei a casa toda novamente, porque ficou tudo estragado, entretanto no decorrer de todas as Assembleias que vim aqui queixar-me de tal, e que o Presidente nunca teve a dignidade de me responder a nenhuma pergunta que lhe fiz, tenho tudo estragado. Voltei a mobilar a casa e, neste momento, está tudo estragado outra vez. Tive uma reunião com a senhora vereadora Cláudia Guedelha, a dezoito de Janeiro, prontificou-se logo na semana a seguir, fizeram 3 visitas à casa, já tive mais visitas naquela casa do que da minha família.



A Câmara vai lá constantemente e das três vezes, duas das vezes foi só o Senhor engenheiro Natércio, da terceira vez, o engenheiro Natércio, o Engenheiro Valdemar, juntamente, por videochamada com a senhora vereadora Cláudia Guedelha. Houve fotos, houve vídeos, mais uma vez, verificaram realmente que eu tenho água a cair nos cantos da sala, incluindo com ferrugem, e agora mais uma vez, vou perguntar ao Senhor Presidente, espero que hoje tenha sorte, quem é que me vai pagar? Pois é irónico, até abana a cabeça! Quem é que me vai pagar outra vez as mobílias todas que estão estragadas? Há três meses, eu e os meus filhos a caminho do hospital, porque além das mobílias estragadas, são almofadas, são colchas, são cortinados, são cortinas, é a nossa saúde que está aqui em jogo, eu neste momento tenho relatórios médicos. É assim, ou mudam-me de casa, porque é uma questão de me mudarem de casa, porque aquilo está inabitável, e o engraçado, sem graça nenhuma, é que o engenheiro Valdemar disse na minha cara, na presença da minha filha, porque agora só na presença de outras pessoas para não me desmentirem, disse que, me deviam ter informado que aquela casa tinha um certificado térmico negativo quando assinei o contrato. É engraçado que ninguém me disse nada, eu nem vi a casa, assinei o contrato no dia um e entregaram-me as chaves no dia quinze. E como ninguém me disse nada, que eu nunca ouvi falar neste certificado, como ele disse, "então se não disseram, a Senhora Dona Rute devia ter perguntado", e realmente tem o certificado térmico negativo, o problema está na placa e problema mantém-se. Eu continuo a pagar a renda e continuo a ter as coisas todas estragadas e a nível de saúde está aqui um caso muito complicado. Entretanto, no dia quinze, a vereadora Cláudia Guedelha ligou-me a dizer que era para informar que a sua casa agora ia ser visitada por técnicos especializados, e eu no dia a seguir mandei um e-mail a dizer que acabaram-se as visitas na minha casa, porque aquilo não é a ala psiquiatra do Hospital de Faro, acabou-se as visitas na minha casa, para não passar aqui nenhum atestado de estupidez aos engenheiros que andam há dois anos a visitar a minha casa. Quer dizer, andaram há dois anos, fizeram o que fizeram, tomaram a decisão de forrar aquilo a pladur, agora tenho os pladures todos podres e o engenheiro Natércio diz-me "D. Rute o pladur rebentou porque a senhora tem uma estante encostada à porta ou à parede, ou D. Rute a sua cama apodreceu tem de meter a sua cama pendurada no teto." É que já é a terceira mobília que apodrece, há fotos, há filmagens, os técnicos todos já viram e agora dizem que a casa tem que ser visitada por técnicos especializados. Acabaram-se as visitas. É um pedido que faço à câmara, ou mudam-me de apartamento, mas quero os



estragos todos pagos por este município, porque eu ando a mudar mobílias de 6 em 6 meses." -----

Miguel Coelho: "Boa noite a todos, o que me traz aqui é o ruído produzido por um bar na Marina de Albufeira, que é o Jacks Irish Pub. Queria dizer a todos vós que no sábado, dia dezoito de Fevereiro, às duas horas e dezassete minutos, eu fui acordado com uma discoteca lá em baixo. Isto é mau presságio, a meu ver, estávamos perto do Carnaval e aquela brincadeira, duas horas e dezassete minutos. Na semana passada, dia vinte e quatro de Fevereiro, nós fizemos uma assembleia geral anual e o explorador esteve presente e eu questionei-o que medidas é que ele acha que nós condóminos devemos tomar para nos defendermos, porque estamos a começar a época, chamemos assim, e ele já começou mal. Pois o empresário na Assembleia agarrou num smartphone, teve lá à procura dos registos, aquelas coisas todas, e não teve nada para mostrar, porquê? Porque não conseguiu fazer evidência que, de facto, os limites estariam dentro da lei. A resposta foi evasiva, "Ah, eu não estava cá, não sei o que aconteceu, não sei o que é que aconteceu". O que é curioso é que ele não sabe o que aconteceu, mas eu sei o que é que está a acontecer. Agora toda a gente anda aí tremida, porque os senhores do Governo vou entrar nas nossas casas, mas eu acho que aqui houve uma atitude que entrar nas nossas casas há anos contra a nossa vontade. Eu fiz uma carta há seis meses atrás, para a edilidade e até hoje não tenho resposta. Preocupa-me bastante, como sabeis no ano passado estive cá a falar sobre este caso, falei inclusivamente num bom nome do atual diretor de serviços. Nessa altura, o meu querido amigo, o arquiteto que está ali, que fez um parecer à câmara, um parecer interno sobre a mudança da licença de utilização, o que é que se passava? Eu vou recordar todos vocês, aquilo era uma galeria de arte, nós quando investimos, tínhamos a galeria de arte, aquilo era um local apazível e alguém pensou neste chamado turismo de bebedeira e fizeram um pedido à Câmara para mudar a licença de utilização. Essa licença de utilização foi concedida, contra o parecer do meu querido amigo que está ali. Ele escreveu na altura qualquer coisa como, que não via inconveniente que se fizesse a alteração da licença de uso, desde que não houvesse oposição do condomínio. Este assunto nunca foi levado ao condomínio. Nós somos quarenta e quatro frações, repito, quarenta e quatro. A única coisa que a edilidade aceitou foi um documento assinado pelo Doutor João Amaral, ou seja, um condómino a dizer que, como é evidente proprietário, representante do proprietário, a dizer que não vê qualquer inconveniente. Eu também não vejo qualquer inconveniente que ele ponha a



cabeça em cima da linha e passe o comboio, ou ele ou outra pessoa qualquer, não vejo qualquer inconveniente. Para terminar é muito simples, vejam o que é que está aqui na última página, eu pedi isto há seis meses e estou à espera de uma resposta, e virei aqui todas as vezes que sejam necessárias para defender os meus interesses, o meu direito ao descanso e da minha família." -----

João Bailote: "Estou aqui a representar todos os jovens, portanto, toda uma geração, estamos a falar de jovens altos, baixos, magros, gordos, gays, héteros, escuros e claros, e portanto, gostaria primeiramente de agradecer o festival Sea Fest que aconteceu no ano passado, em dois mil e vinte e dois, não vos conto a quantidade de mensagens e de áudios que eu recebo por parte dos meus amigos e por parte dos meus colegas, foi um evento que envolveu surf, envolveu skate, envolveu boa música, dinâmicas dentro de água e fora de água e deixo aqui o meu especial agradecimento. Não vim aqui apenas agradecer, gostaria de falar de duas situações em particular, uma delas está relacionada, com o meu trabalho, eu tenho uma escola de surf, e o meu escritório, por assim dizer é no mar, e os surfistas acabam por ser agentes de salvamento ao meio ambiente de Inverno, estes agentes não passam muitas vezes nas estatísticas, porque acabamos por fazer salvamentos durante o inverno, mas o surfista acaba por ser assim um bocadinho meio desleixado, e acaba por não preencher os devidos formulários de salvamento e, portanto, são uma peça fundamental durante o inverno. Vim aqui falar de uma situação que me aconteceu recentemente, estamos a falar há cerca de um mês atrás, na zona dos Olhos de Água, encontrei uma gaivota, com uma asa partida. Eu já sei qual é o estigma das gaivotas e, com a ajuda de um rapaz francês, acabamos por conseguir agarrar na gaivota, colocar dentro do carro e, como usual, acabamos sempre telefonar à GNR do ambiente, e não me interpretem mal, temos excelentes profissionais na zona da GNR do ambiente, mas o que acabou por acontecer foi que, isto aconteceu numa sexta-feira e a GNR do ambiente referiu exatamente que o transporte do animal apenas seria feito na segunda-feira, estamos a falar de sexta, sábado, domingo e segunda-feira para um animal extremamente stressado, com uma asa partida. O que acabou por acontecer foi que, eu acabei por levar este animal para o RIAS, que é o centro de reabilitação em Olhão. Eu sugiro aqui, um mero transporte diário destes animais, muitos destes animais acabam por morrer à espera de transporte e, gostaria de sugerir um transporte diário para estes animais. Por fim, gostaria de falar de uma situação que aconteceu com uma amiga minha, que encontrou um gato com ferimentos de



mordida de cão, tinha falado com o centro de meio ambiente e que referiu que não tinham veterinários, tinha de ser a partir de uma associação. Gostaria de saber, obviamente, qual é que é o ponto de situação, se já existe veterinário? Por fim, gostaria de agradecer não à Câmara Municipal, nem a Junta, mas sim às pessoas que lá trabalham e que fazem a total diferença, as câmaras e as juntas já estão construídas há muitos anos atrás, há gerações passadas, mas são, de facto, as pessoas que fazem a real diferença, eu prezo muito por relações humanas, aí sinto-me um privilegiado por pertencer a Albufeira." ---

A Primeira Secretária procedeu à leitura da intervenção escrita, enviada pelos munícipes Carlos Carvalho e Luísa Leitão (Doc. n.º 1 anexo a esta ata).-----

O Segundo Secretário procedeu à leitura das intervenções escritas, enviadas pela Associação Albufeira no Coração, (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) e pelo munícipe Américo Nicolau. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata)-----

Presidente da Assembleia: "Antes de mais, deixar aqui também o meu desagrado, a minha tristeza pelo facto de esta Associação ter sido vilipendiada, é uma associação sem fins lucrativos, e que promove o bem, e por ter sido alvo de um assalto e de destruição de bens, quero de viva voz, manifestar o meu repúdio por este ato que não traz qualquer benefício, só traz prejuízo e traz prejuízo a todos aqueles que mais precisam nesta cidade. Quanto a um e-mail enviado pelo senhor Ricardo Neves, eu vou ter que lhe pedir o seguinte: nós aqui na Mesa reunimos para verificar esta situação. O senhor Ricardo Neves coloca aqui uma serie de questões, que são dirigidas a determinadas pessoas, nomeadamente à deputada Luna Silva, ao Senhor Presidente da Câmara José Carlos Rolo, à vereadora Cláudia Guedelha, uma também dirigida a mim, e ao senhor Vice-Presidente. Gostaria de solicitar ao senhor Ricardo Neves, o favor de fazer o requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Câmara. Por uma razão muito simples, as regras dizem que o senhor Presidente da Câmara é o representante e o responsável por responder a todas estas questões, e se entender, então dará a palavra a quem efetivamente possa responder e dar a informação. Portanto, agradecia que juntasse todas estas questões, e o Senhor Presidente entenderá responder ele próprio ou eventualmente, indicar quem possa responder. Por exemplo, no caso concreto, a senhora deputada Luna Silva não pode responder a estas questões, porque não tem intervenção no período do publico. Outras pessoas aqui também referidas, também não podem responder as questões dirigidas, a deputados ou a particulares, pelo que deverá fazê-lo particularmente para depois essas pessoas poderem responder no tempo que lhes está destinado. Solicito, pois, ao senhor



Ricardo Neves, o favor de englobar todas estas questões dirigidas num documento dirigido ao senhor Presidente da Câmara, e o Senhor Presidente, fará o favor de responder ou eventualmente indicar quem possa responder." -----

Presidente da Câmara: "Boa noite cumprimento toda a Mesa, todos os deputados, todos aqueles que nos acompanham. Uma referência ao senhor Nuno Cabrita, sobre as lombas na estrada de Santa Eulália, Rua da Palmeira, a senhora engenheira Susana está aqui, é desse setor, vai analisar e se houver alguma dúvida, depois entra em contato consigo. Quase toda a gente pede lombas para pôr em todo o lado, qualquer dia está tudo cheio de lombas, é preciso termos algum cuidado, mas qualquer das maneiras é de refletir e de analisar. Susana peço que veja isso. A dona Rute é uma questão já antiga, pelos vistos, não foi resolvida ou aparentemente não está resolvida. Diz que eu não lhe respondi a uma pergunta que fez, como há pelouros, não sou eu que tenho responder às perguntas feitas de acordo com os pelouros, neste caso, é o pelouro da habitação social, que é a senhora vereadora Cláudia. Penso que os engenheiros já lá tiveram, agora estar a recusar, portanto, penso que isso terá que ter uma solução. Não sei se a solução será mudar de casa ou atribuir outra casa, tem que se analisar muito bem, que alguma coisa estranha e esquisita há por aí."-----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Relativamente a esta questão da D. Rute, pois tem sido acompanhada, tal como a senhora disse há pouco, tem sido essa a nossa preocupação. Penso que há aqui uma discrepância entre aquilo que é a análise dos serviços e opinião da D. Rute Cirne relativamente à questão, não é de escorrer água, é da humidade ou melhor do bolor que está lá, alguns picos em algumas paredes e, por isso foi sugerido por mim e pelos técnicos pedir uma análise externa para ver até que ponto é que precisamos de fazer outro tipo de intervenção naquela mesma habitação. Contudo, não sei se se justifica, mas eu pedi ao engenheiro Valdemar para estar aqui presente e que tem acompanhado de perto toda esta questão, se ele quiser fazer aqui alguma explicação, se o Senhor Presidente, se assim o entender." -----

Engenheiro Valdemar: "A todos muito boa noite, portanto, esta situação para bem entender, é simples. O município de Albufeira tem um parque habitacional com cerca de trinta anos. Há trinta anos, as habitações não tinham isolamentos térmicos. Temos cerca de cento e quarenta apartamentos ocupados, esperamos em breve ter mais quarenta, e desses cento e quarenta, temos realmente uma reclamação, em termos de bolores. Temos tentado dar resposta da melhor maneira, no entanto, o problema não é o que a



senhora Rute Cirne disse, que tinha uma categoria térmica negativa, mas tem uma categoria térmica E, não há categorias técnicas negativas, há categorias térmicas A, B, C, D, E, mas também a senhora não tem que saber isso. O que de facto acontece é que como todos sabem, sempre temos um ambiente muito quente e dentro de uma casa e temos frio fora, há uma superfície depois de condensação, portanto, todos nós quando éramos crianças, fizemos aquela experiência na escola do vidro e do vapor, em que o vidro está frio e o vapor condensa no vidro e escorre a água. Isso multiplicado por N dias, faz com que depois se criem condições próprias para o desenvolvimento de fungos e os fungos uma vez instalados, são muito difíceis de retirar, porque eles ficam com as raízes, limpa-se uma vez e outra e a raiz propaga-se sucessivamente. Portanto, este é o parque habitacional que nós temos em Albufeira, há condições paliativas de melhorar, que é arejar, limpar, etc, etc, mas todos os nossos apartamentos, infelizmente, estes cento e quarenta estão nessas condições. Os novos quarenta já não, já correspondem a uma categoria térmica superior, foram construídos segundo o melhor que há hoje, mas o parque antigo, como se calhar, as casas dos nossos pais, como se calhar, eventualmente até algumas das nossas casas, não tem isolamentos térmicos e se temos um ambiente quente dentro de casa, acontece isto. Nós, primeiramente, tentamos o que toda a gente tenta, que é pintar, limpar, pronto, foi meramente paliativo. Depois propusemos à senhora Rute isolar por dentro, uma vez que, por fora, não seria adequado fazer só numa casa e nas outras não, havia ali uma descontinuidade pela espessura do isolamento estão fez-se por dentro, só que a senhora Rute também não deixou fazer em todas as paredes, porque perdia espaço, fez-se em algumas paredes do quarto e no teto e a parede da frente do quarto, e o teto não apresenta bolor, ao lado de sempre apresenta alguma coisa. Mas o problema tem a ver com o tipo de edifícios que existem. Como nós fazemos parte da instituição que é proprietária do imóvel, nada melhor que convidar uma entidade externa, neste caso, alguém que venha da Universidade do Algarve, para fazer uma análise imparcial e que dite depois todos os problemas que existem. Sendo que nós, sabemos que existem, agora arrendou-se, portanto, não sei se caberá ao município, neste caso, todo o nosso parque está assim e as pessoas arrendaram como um pressuposto de um certificado térmico e agora, portanto, cabe decisão sobre a melhoria.” -----
Presidente da Câmara: “Se permitir eu iria lá dentro dos próximos dias, se permitir, não sei se permite, diz que já não quer mais pessoas lá na sua casa, eu posso ficar à porta, não preciso de ir lá dentro, realmente gostava de ver com os meus próprios olhos. Mas



é pena não aceitar essa sugestão que o senhor engenheiro Valdemar aqui acabou de deixar, de ter uma entidade externa para fazer um desempate, digamos assim, da situação, era bom que isso viesse a acontecer. Relativamente ao senhor Miguel Coelho e relativamente ao bar, é um bar que realmente tem-nos dado alguns problemas. Já temos previsto na próxima reunião de Câmara levar uma proposta assinada pelo Vice-Presidente, que tem o pelouro do ruído e que vem no mesmo seguimento de muitas outras que já foram feitas, que é limitar o horário de funcionamento até às zero horas. Normalmente, isso ajuda ou pelo menos resolve, nestes últimos anos muitas vezes resolvia, outras vezes nem tanto, porque é preciso que eles cumpram depois o horário estipulado, mas isto também é fácil, a Guarda Nacional Republicana poderá e deverá estar atenta a isso, a qualquer chamada que lhes chegue. Vamos ver, se com essa situação, a próxima reunião de Câmara, que é de amanhã a oito dias. Depois é notificada a pessoa, e a pessoa tem que cumprir as normas. Esperemos que resolva o problema, se não se resolver, pois chegar-se a uma medida mais drástica, é fechar mesmo. Sobre a questão dessa dúvida da licença de utilização, a questão que era galeria de arte e depois passou bar, eu vou ver o que é que se passou com isso. O João Bailote apresentou a questão da escola de surf, ele apontou para o facto de ser um elemento também de salvamento e diz que o escritório é o mar, é uma expressão interessante. Sobre as questões relacionadas com o veterinário, a veterinária municipal pediu a rescisão do contrato. Tínhamos previsto fazer tal e qual, como já aconteceu há alguns anos, atrás, o nosso veterinário era em conjunto com o veterinário de Loulé, só que o veterinário de Loulé neste momento está doente, vamos fazer um procedimento para que possa haver algum veterinário externo, de outra entidade privada, fazer uma prestação de serviços para resolver esses problemas. Depois relativamente ao transporte, eu não diria que é preciso haver um meio de transporte diário, acho que podia haver, era a prontidão para quando acontecesse uma situação deste tipo para atuar, porque diário não será necessário, penso eu, vamos ver. Mas fica aqui o seu registo e do qual agradeço. Depois o senhor Carlos Carvalho, que falou sobre a questão de uma claraboia, como deve calcular não sei exatamente como a coisa se passou, tenho que indagar e ver o que é que se passa, porque com o jogo do empurra não se resolve absolutamente nada. Os problemas têm que ser resolvidos, alguns mais prioritários que outros, alguns têm que ser resolvidos mais rapidamente e parece que não foi o caso, segundo a descrição que está no email que nos foi enviado. Relativamente à Dra. Isabel Neves e sobre a questão da Associação,



Albufeira no coração, pois eu lamento não saber o que aconteceu às instalações daquela associação, evidentemente, qualquer associação, qualquer entidade, por mais que seja privado, ou seja sem fins lucrativos, evidentemente que é sempre muito negativo ver esse tipo de assaltos, principalmente a quem pretende fazer qualquer coisa em prol daqueles mais necessitados, lamento esse facto, desconhecia, até porque tive noutros sítios, não tive cá, portanto, é natural que desconhecesse. Relativamente ao senhor Américo Nicolau, a questão dos jovens, nós temos as escolas, a educação formal, em que todos os jovens são obrigados a andar na escola, até pelo menos à escolaridade obrigatória, isso ninguém foge à escola, embora haja o abandono escolar prematuro. Desenvolvem-se muitos eventos culturais que fazem parte também da formação dos próprios jovens, é só uma questão de às vezes eles estarem atentos às agendas e às publicações que, às vezes não agradam a certo tipo pessoas, enfim, ou acham que é pouco, mas acho que temos um programa cultural e não só, temos os clubes desportivos das mais diversas modalidades desportivas, que também têm aqui um papel fundamental na formação e no enriquecimento pessoal dos jovens. Nós temos em termos de futebol, uma série de jovens inscritos, jovens de formação até aos quinze e dezasseis anos, não são os séniores. Temos ginástica, temos natação, temos quase todas as modalidades que existem, portanto, há aqui muita oportunidade de os jovens realmente ficarem com uma formação, um bocadinho mais adequada, porque não é só a escola que forma as pessoas, evidentemente, temos a educação não formal, que é parte da sociedade, o movimento associativo, seja ele cultural, social, os jovens também podem fazer um movimento de voluntariado, por exemplo, e podem fazer serviço no movimento associativo social. Depois está o movimento associativo desportivo, que é bastante forte e bastante ativo e dinâmico. Há essas condições, poderia haver outras, evidentemente, temos possibilidade de praticar desporto em vários sítios, nos nossos jardins, nos nossos parques verdes, não são tantos como aquilo que se poderia desejar, mas a ver vamos quando é que se constrói mais algum." -----

Rute Cirne: "Eu perante aquilo que ouvi da boca do engenheiro Valdemar isto realmente ainda é pior do que aquilo que eu pensava, como é que este senhor tem a coragem de vir aqui dizer, que eu é que não deixei forrar as paredes, eu aconselho a que ele se informe melhor, porque eu não sei o que é que ele anda aqui a fazer, porque um dos quartos foi forrada as paredes todas, o engenheiro não me diga, que eu aqui não mando nada, que eu não deixei só forrar o teto e uma parede num dos quartos. Engraçado que este senhor,



teve na minha casa há quinze dias atrás e viu a minha cama que foi comprada a dezanove de dezembro toda podre. E agora a pergunta que eu deixo aqui aos presentes, é como é que eu já mudei três vezes mobília do meu quarto, três vezes a mobília do quarto dos meus filhos, então mas todas as casas húmidas em Albufeira? Isto é normal? Como é que este engenheiro é capaz de me dizer isto, onde ele viu a cama toda podre e diz-me que a cama apodreceu porque está rente ao chão. Eu estou cansada, ou quer que convide todas as pessoas presentes para ir para a minha casa? Agora é o Presidente, agora é quem? A Dra. Luna, Dr. Nuno Cabrita, é Carla Madeira, é Leonardo Paço, podem vir todos há minha casa. Estou cansada, estive a fazer filmagens na minha casa há quinze dias atrás, e a dizer que realmente escorre água ali, porque tem as paredes todas cheias de ferrugem, e agora vem dizer que a casa não tem nada, que é só humidade? Estou mesmo cansada, porque as mobílias apodrecem, se as mobílias apodrecem como é que este engenheiro é capaz de dizer na minha cara que é só humidade? Chega a um ponto que isto é uma grande palhaçada. Mais uma vez faço a pergunta, quem é que me vai pagar tudo o que tem estragado desde março de 2021? Mais uma vez, pergunto?" -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: "Boa noite a todos os presentes, eu vou tentar abreviar e ler em súmula e depois entregar o documento à mesa, até porque o documento é extenso, porque é em resposta também a um documento do Governo, no entanto, peço aqui alguma latitude e alguma benevolência por parte da mesa. A bancada municipal do PSD / CDS entendeu por bem face às medidas apresentadas pelo Governo, fazer uma pequena resenha e súmula, algumas em jeito de crítica, outras não, do programa mais habitação apresentado recentemente pelo Governo e fá-lo-emos em todos os tópicos apresentados pelo Governo e fá-lo-emos também porque habitação é um problema crónico, não só em Albufeira, mas por Portugal fora, mas também porque o turismo é invariavelmente um dos nossos setores fortes no concelho e os efeitos que poderá ter tais decisões no tecido empresarial." (Doc. n.º 4 anexo a esta ata) -----

Presidente da Assembleia: "O documento foi entregue à Mesa, será tido em consideração e enviado às entidades requeridas. Posso acrescentar que o grupo parlamentar do PSD está na Assembleia da República a discutir estes temas, mas será



com certeza, um contributo importante para o efeito., até porque os diplomas estão em discussão publica."-----

Inês Mendonça: "Boa noite a todos, sintam-se devidamente cumprimentados. Eu venho aqui colocar duas questões, a primeira tem a ver com um acordo que a Câmara Municipal de Albufeira assinou em dezembro de dois mil e vinte e dois com os sindicatos, permitindo, entre outras medidas, a dispensa dos trabalhadores ao serviço no dia do seu aniversário, sendo que esta medida entraria já em vigor no início deste ano, dois mil e vinte e três. Aliás, esta prática da dispensa do trabalhador no dia do aniversário é bastante usual noutros municípios e também empresas quer do setor público, quer do setor privado e, portanto, a minha pergunta face ao acordo que foi assinado é qual é o ponto de situação relativamente à efetividade e à aplicação prática deste benefício em concreto, ou seja, se neste momento já existem efetivamente trabalhadores a gozar da dispensa de trabalho dia do respetivo aniversário? A segunda pergunta tem a ver com uma preocupação de prevenção, foi aqui falado na necessidade de se colocarem lombas por uma questão de prevenção rodoviária e, de facto, é muito importante, mas a questão que eu coloco tem a ver com a existência de passeios para a circulação dos transeuntes e falo de uma zona muito concreta que é a Avenida da Correeira, no trajeto que vai desde a rotunda das Minhocas até ao cruzamento do Hospital Lusíadas existe uma parte que tem passeio, mas depois existe outra parte que não tem passeio, sendo que aquela zona devido também aos complexos habitacionais que têm vindo a ser construídos, já tem bastante circulação e existe até, recordo-me de uma paragem de giro nessa avenida que não tem passeio e, portanto, a minha pergunta é quando é que está previsto? Se está previsto ser criada esta infraestrutura, este passeio naquela zona?" -----

Domingos Coelho: "Boa noite a toda a Assembleia e a quem nos acompanha lá em casa. Gostava de colocar uma situação ao senhor presidente da Câmara, tem a ver com o chamado prédio ou edifício José Bento, na baixa de Albufeira, concretamente no início da Avenida da Liberdade, quem sobe do lado direito. Penso que toda a gente, ou quase toda a gente conhece a situação, mas já agora faço uma breve descrição, no rés de chão existe cerca de dez lojas e depois nos andares sucessivos que são alguns em sucessivo recuo está perfeitamente ao abandono há décadas, eu diria mais de quarenta anos, é uma ferida aberta, diria, no coração da Albufeira. A questão que se coloca é que especialmente nas traseiras existe, uma autêntica lixeira, há janelas que foram entretanto fechadas com tijolo, que foram entretanto furadas e, há quem faça ali,



digamos, que negócio ilícito, há quem faça daquilo uma sala de chuto, há quem faça daquele espaço local de hospedagem. A questão que gostava de colocar era, em primeiro lugar, se aquele comércio que ali se desenvolve tem ou não licença? Por outro lado, se já existiu em termos ou não, algum ensaio para uma solução daquele problema e já agora, se não será possível tendo em conta os fundos que se diz existir para habitação e tendo em conta até muitas ideias que parece que o PSD tem para a habitação, se eventualmente ali não poderia ser talvez uma solução, alguma parceria, entre os privados, eventualmente a Câmara, eventualmente o Estado Central, porque mais tarde ou mais cedo aquilo tem que ter uma solução, até que um dia há-de cair, até porque a estrutura daquele edifício está perfeitamente na ruína e até pode um dia talvez não muito longe, ser ali algum desastre, que possa trazer, coisas piores do que aquilo que muitas vezes as pessoas pensam que não acontece, mas poderá acontecer.” -----

Carlos Vieira: “Boa noite a todos, cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Mesa, Senhor presidente da Câmara, o que me traz aqui hoje é uma situação já recorrente, mas por acaso, em reunião de líderes na sexta-feira, abordei a questão com o senhor Presidente, por mero acaso hoje, ao fim da tarde recebo um email que tem a ver com a situação que eu já tinha trazido aqui e que, neste momento, a coisa parece que está mais complicada. >Tem a ver com o porto de abrigo e o que se passa é o seguinte, os molhes foram construídos de uma forma não mais correta e que, quando existe tempéries do lado do levante, lá dentro não conseguem aguentar nem as embarcações em aquilo que eu a construí. Em dois mil e onze, foi feito ali a lota e fizeram um cais para desembarcar o pescado, assim que veio o primeiro levante aquele cais partiu-se, não aguentou, exatamente pela má construção daqueles molhos e o que acontece é que não existe condições para descarga do pescado e para chegar à lota. Foi comunicado que não houve transferência de competências daquela parte para a autarquia, mas temos de fazer alguma coisa, porque eles, tiveram uma inspeção no mês passado da DGRM e com a ameaça que se não for nada feito para descarregar o pescado diretamente para a lota que iriam fechar a lota. Portanto, isto chegou-me há poucas horas, este email, como já é recorrente, já tinha colocado esta questão aqui anteriormente, o que o MIPA irá fazer é apresentar uma moção na próxima Assembleia para que sejam levadas aqui as nossas preocupações e uma vez que a Câmara não tem competência, nem foi feita a transferência de competências, que as entidades competentes façam algo e consigam resolver o problema, porque, além disto, temos o



problema do assoreamento, e no passado mês de novembro ia acontecendo ali mais uma desgraça e houve embarcações que iam indo para o fundo quando houve temporal de levante, portanto, é uma situação que é recorrente e tem que ser resolvida, porque põe em causa ali a vida de cerca de cem famílias que vivem da pesca e que, neste momento, estão um pouco assustadas, portanto, nós vamos apresentar uma moção na próxima Assembleia para que este caso seja levado às entidades competentes. "-----

Sílvia Dias: Boa noite, Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Deputados, Municípes aqui presentes e lá em casa, é com grande agrado que saúdo o centro de apoio aos sem-abrigo, delegação de Albufeira, a famosa instituição CASA, uma instituição pequena, mas que faz muito no nosso concelho, muita gente, muita população não tem ideia como é que uma instituição tão pequena dá tanto. Ontem dia vinte e seis de fevereiro realizaram na Nuclegarve mais um evento solidário a favor dos nossos utentes. A instituição que aplica muito bem todos os apoios financeiros cedidos a nível de públicos e privados, procuram diariamente novas ferramentas financeiras, novos parceiros por uma causa social que é reintegrar pessoas em condição de sem-abrigo da nossa sociedade, pessoas que estão no nosso concelho. Aqui, quero deixar um desafio ao nosso Presidente, ao nosso executivo, sensibilizar os nossos empresários em receber estas pessoas, em dar um posto de trabalho, mas não dar só um posto trabalho, em dar um abrigo e para reintegrar estas pessoas na sociedade, não podemos dar só um trabalho, temos de dar um abrigo, temos que dar uma oportunidade. Por isso, peço mesmo aqui a colaboração de todos, em que não tenham receio de integrar esta população no mercado de trabalho. Muito obrigada."-----

Leonardo Paço: "Muito boa noite a todos, senhor Presidente da Assembleia Municipal, somos vinte e um deputados eleitos diretamente pela população da Albufeira, julgo que todos democraticamente eleitos, mas o senhor continua a fazer com que os dois deputados eleitos não estejam representados nas suas constantes reuniões de líderes, porquê? Será que os votos da população de Albufeira têm valores diferentes uns dos outros? Não somos todos eleitos por voto secreto? Quando existe uma bancada que só tem duas deputadas e, por vezes, até vão as duas deputadas a essas reuniões, apelo aqui ao seu bom senso e que reponha a democracia nessas reuniões, por favor, porque acho que já ficou hoje aqui provado com a desistência de dois deputados nesta sala, que tinham quarenta segundos para falar e não o fizeram, porque em quarenta segundos não



conseguem dizer nada, se eles em quarenta segundos não conseguem dizer nada, eu num minuto nada direi também." -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, estamos quase a abrir a época turística, e Albufeira Prometida gostaria de saber que mudanças podemos esperar para esta época? Perguntamos também se já foi elaborado o código de conduta que regula e implementa as regras de comportamento, pois há anos que andamos no quase, ou quase pronto e continuamos à espera deste documento. Outra questão, para que serviu nomear o Conselho de Segurança? Se até à data este ainda não reuniu e gostaríamos de saber porquê. O que vai ser feito, ou o que está a ser feito a nível de reforço policial, meios de socorro e emergência e de saúde que tanto os albufeirenses e os visitantes precisam? E quanto à videovigilância? A desculpa para a demora era por causa dos enquadramentos legais e agora? Já está a ser finalmente implementado, estará em funcionamento desta época?" -----

Carla Madeira: "Boa noite a todos os presentes, boa noite a quem está a ver em casa. Eu venho só reforçar as palavras do deputado Leonardo, também gostaria de saber quem é que me representa a mim nas reuniões e nas conferências de líder, uma vez que também fui eleita e são votos da população dos nossos munícipes que não são ouvidos. Eu não ia aqui falar nada, mas vou ter que falar. Estou nesta assembleia há um ano e meio, e é a quarta vez que eu vejo a dona Rute vir aqui reclamar exatamente da mesma coisa. Eu não entendo se isto é brincadeira, reforço que esta família é composta por ela e 3 filhos, 2 dos quais são menores, portanto, já é tempo desta câmara pegar nesta família e realojarla noutro lugar e de uma vez por todas concertar aquelas casas. Eu não acredito que num parque habitacional de cento e quarenta fogos só quarenta, que foram agora acabados de construir e que estão em ordem." -----

Carla Vieira: "Boa noite a todos. Bom, efetivamente tenho uma questão a colocar ao senhor Presidente, mas não posso deixar passar em claro o facto de ter sido lançada uma suspeita sobre a bancada do Albufeira Prometida na questão das reuniões de líderes, porque efetivamente não vamos as duas às reuniões, ou vai uma ou vai a outra, para que fique claro. A questão ao senhor Presidente tem a ver com procedimentos e atrasos significativos em processos no departamento específico na Câmara. Já passaram muitos seis meses, depois da promessa do Senhor Presidente, de resolver os atrasos crónicos na apreciação de projetos de obras particulares. Constatamos que continua a haver atrasos significativos, cerca de vinte e quatro meses na apreciação e conclusão



dos processos. Quantos mais seis meses vão ser necessários para cumprir com a promessa que fez repetidamente aos eleitores e aos munícipes?"-----

André Lima: "Boa noite a todos, nas primeiras respostas, o Senhor Presidente disse que temos um programa cultural. A minha primeira questão, e se calhar a mais importante de todas, será o que entende por programa cultural, ou se talvez ainda de forma mais genérica, o que entende por cultura? É verdade que o auditório está normalmente ocupado aos fins-de-semana, mas daí dizermos que temos um programa cultural, ainda vai uma grande distância, principalmente quando nem sequer é possível comprar os bilhetes para esses eventos fora do horário de expediente. Com a quantidade de plataformas online que já existem para prestarem serviço, não se compreende o adiar ou continuarmos a fazer com que as pessoas tenham de nos horários em que estão a trabalhar, deslocar-se presencialmente para poderem comprar esses bilhetes. Obviamente que resolver isto não faz com que passemos a ter um programa cultural, mas parece-me que é algo que sem acrescentar despesa, poderá ser um bom passo nesse sentido. Recordo que tanto aqui como em reunião de câmara, o Presidente já se comprometeu a resolver esta situação. Agora em relação à habitação, porque houve aqui uma intervenção em relação a habitação, eu queria só relembrar que fomos eleitos para a Assembleia Municipal aqui de Albufeira e por isso o que realmente me interessa é que, tendo em conta o que foi dito pelo engenheiro há pouco, acerca da precariedade do parque habitacional do município e tendo em conta a discussão presente que está em cima da mesa e as novas regras que se vislumbram a curto prazo, ou o caminho que se pretende fazer, de que forma é que o executivo pretende responder a isto e para contribuir resolver esta crise habitacional que com que nos deparamos?" -----

Presidente da Assembleia: "Só para responder a uma questão que me foi colocada diretamente, pelo senhor deputado Leonardo Paço e pela deputada Carla Madeira. Os senhores deputados independentes, ou não inscritos, não têm lugar na conferência de líderes, é assim, sempre foi assim, e será assim. Uma vez que não representam qualquer força política, ao contrário do deputado único, que é eleito por uma força política e se mantém nessa força política, os senhores como deputados independentes, não tem lugar na conferência de líderes."-----

Presidente da Câmara: "A Inês Mendonça colocou a questão, do acordo que foi negociado com os sindicatos e que foi assinado em dezembro, não está ainda em vigor porque ainda não foi publicado no Diário da República, portanto, para isso é preciso ser publicado,



esperamos que a qualquer momento, venha isso a acontecer. Estamos agora também haver uma outra questão, aquela questão quando uma pessoa faz anos, no dia que seja feriado ou num sábado, vamos ver se dentro do acordo, se isso está contemplado, senão só vai acontecer no ano a seguir. É que depois, o dia de anos vai passando de dia da semana em dia da semana, ao fim de dois anos está o assunto resolvido, a pessoa fica com dois anos que não usufruiu, vamos ver isso. Relativamente à questão da prevenção no eixo viário, falou nos passeios da Avenida da Correeira, é uma verdade, há ali vários problemas por causa dos loteamentos que estão a envolvê-la, mas de qualquer das maneiras, há uma zona que já tem, mais, a qualquer momento pode vir a acontecer, assim que haja disponibilidade financeira para isso. O Domingos Coelho falou no edifício que já tem bastantes anos, quarenta e tal, já houve pelo menos dois ou três manifestantes de interesse para aquele espaço, depois de um momento para outro desaparecem. Também quero ver esta situação da habitação, só que aquele processo deve ficar extremamente caro, não é só a aquisição, mas é a recuperação do próprio edifício. O próprio edifício já tem aqueles anos todos, não sei se em termos de recuperação será assim tão rentável, mas é uma hipótese sempre, ainda hoje falei com um indivíduo, tem catorze apartamentos para venda, portanto, para ver se há essa possibilidade de chegar a um entendimento num outro lado, não é ali. O Carlos Vieira falou aqui na má orientação dos molhos, evidentemente que isso é um problema do Governo Central e a Administração Central que os construiu e a orientação deles, não é que eles estejam mal construídos, mas é a orientação que não está correto. Realmente está emborcado para o levante e quando há levante claro, deve entrar por aí adentro. Acho bem esta moção, como sabe, o Governo vai estar cá no Algarve dois dias, um e dois, vai haver o Conselho de Ministros em Faro, no próximo dia dois, e no dia um vai haver um jantar dos Presidentes de Câmara com o Governo. No entanto a doca de pesca continua a ser uma entidade que não vai ser transferida para a Câmara, nem nunca irá ser. A questão do assoreamento, certamente para também para orientação dos molhos, que é um perigo realmente, depois há a questão das rampas, conforme falámos são fundamentais, quer de um lado quer de outro. A Silvia Dias, falou aqui na questão da sensibilização de empresários para darem trabalho e habitação às pessoas que saem do CASA, portanto, isso era realmente fantástico, dentro da medida do possível e, se calhar, alguns casos já estão, porque o objetivo daquele Hostel que a Câmara vai adquirir, e que está a ser pago a renda, o objetivo era mesmo esse, era estarem lá durante algum tempo, depois saírem mas já com a vida mais ou



menos encaminhada, porque se saírem de lá e forem postos na rua na mesma, enfim, não é grande coisa, mas isso é uma boa ideia. A Mónica Félix falou no código de conduta, está a ser elaborado, não tenho agora aqui, mas está elaborado, não sei se vai ser ainda este ano, mas de qualquer das maneiras, a ver se isso anda o mais depressa possível. O Conselho de Segurança, tal e qual como Conselho da Juventude, de Saúde e Conselho de Turismo Municipal, tinha sido minha intenção reuni-los todos em fevereiro, tal não pôde acontecer por razões óbvias, mas dentro do mês de março vão todos reunir estes quatro Conselhos, juventude, segurança, turismo e saúde. O reforço policial e de emergência no principio do verão passado, tive duas reuniões com Secretários de Estado diferentes, relativamente à parte do reforço policial, com a Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, Isabel Oneto, e com o Senhor Doutor Lacerda Sales, que era Secretário de Estado da Saúde, que é o Ministério que tutela o INEM, consegui na altura que a Cruz Vermelha pudesse ter mais uma unidade de ambulância protocolada com o INEM, mas a meio tempo, isto é, só durante o dia, que é quando acontece mais ocorrências. No entanto, ainda há dias, numa reunião que tive com o Secretário de Estado do Turismo, falei precisamente nisto, que é fundamental a questão de segurança, porque nós, o Algarve em particular, se temos aqui alguns benefícios com a segurança, também acho que é preciso que não nos deixemos dormir à sombra da bananeira, porque, enquanto houver, infelizmente, problemas a leste, nomeadamente guerras e tremores de terra, enfim, isto aqui vai sendo aqui um cantinho que é bom, mas é bom não nos descuidarmos muito, porque só isso não chega, temos que fazer mais alguma coisa que temos que realmente pugnar por isso. A videovigilância é o problema dos concursos, foi a concurso e os concorrentes por razões de aviso de abertura, as propostas não conferiam com aquilo que era obrigatório, portanto, que ficaram todos excluídos, os dois ou três. Agora vai-se abrir outra vez. A Carla Vieira falou dos procedimentos e nos atrasos e nos seis meses, eu diria isso de outra maneira, está seis meses atrasado, esperando que agora com a entrada de um e mais dois arquitetos a coisa vá melhorando. A minha perspetiva, era outra, que depois não veio a dar frutos, não havia essa possibilidade, mas vamos tentar que isso venha a acontecer, aliás, acho uma das medidas da habitação que o licenciamento também passa a ser fundamentado como as comunicações prévias. Portanto, se isso acontecer, apenas com termo responsabilidade, está o problema resolvido ou quase resolvido. O André Lima sobre da questão cultural, só o convido a ver, dito até por professores exteriores à câmara, que não são de cá,



olham para a agenda mensal e vêem que realmente nós fazemos bastantes coisas até, portanto, se isto não é um problema cultural, pode ser feito de outra maneira, pode haver um festival jazz, pode haver um festival de folclore, tudo isto é cultura, se não está atento a esse tipo de manifestações que vão acontecendo pelas várias associações, como já disse há pouco, neste caso, associações culturais, vão acontecendo todos os fins-de-semana ou praticamente todos os fins-de-semana, portanto, aí já não sou eu o culpado. A habitação realmente é uma crise grande, evidentemente que sim, isto é uma crise conforme a deputada Helena Simões disse há pouco, é uma crise nacional, também tenho a mesma opinião que acho que não é com este pacote, com este plano de mais habitação que se vai resolver esta história do alojamento local e dos vistos gold, por aí fora, as casas devolutas, não é isso que vai resolver a questão. Evidentemente que o Alojamento Local terá que levar algumas regras de regulação, agora terminar com o Alojamento Local, eu lembro-me sempre de uma coisa que era aquilo que era um problema no Algarve, e em particular Albufeira, que era as camas paralelas. As câmaras palavras tinha quanto a mim dois problemas, não tinham muitas delas condições para ter turistas, e depois era a questão dos impostos, essas camas paralelas não pagavam impostos. O Alojamento Local veio permitir uma série de coisas e veio criar expectativas nas pessoas que agora ficam completamente descuradas. Portanto, isto vai ter que ser revisto, acho eu e acho que era bom até individualmente, fazer alguma sugestão para nesta altura da discussão pública, salvo erro até ao dia dez de março."-----

Mónica Coimbra: "Queria só deixar aqui mais uma observação relativamente ao código de conduta, Senhor Presidente, tem a noção que esta situação se arrasta, pelo menos desde o mandato anterior? E que provavelmente, irão ocorrer situações desagradáveis de mau comportamento que nos irão envergonhar, por isso, acho que é urgente a sua finalização e a sua implementação, portanto, não vamos deixar passar mais um verão porque vai novamente acontecer as mesmas situações de mau comportamento e a imagem que passamos de Albufeira não é a melhor."-----

André Lima: "No seguimento, afinal sou eu que não estou atento e não vejo que se passa, não respondeu à questão dos bilhetes e do possível acesso online. Se temos um programa, se fazemos algumas coisas, como disse, e se temos programas, acho que fazia sentido as pessoas poderem comprar, pelo menos, os bilhetes antecipadamente."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à deputada Mónica Felix, sobre a questão do código de conduta, não é o código de conduta que vai resolver literalmente nada,



portanto, poderá vir a ajudar um bocadinho, dar um pequeno contributo para a questão da segurança, mas existem outras variáveis, muitas outras variáveis, isto é uma equação com algumas dez ou quinze variáveis, permite depois as forças de segurança fazerem qualquer coisa sobre isso. A existência de mais reforços da segurança é outro, a videovigilância é outro e a questão do entendimento dos próprios empresários principalmente da vida noturna também é outro. Porque isto não é apenas um problema que se insere aqui nessas paredes da Assembleia Municipal, que se insere na Câmara, parece que nós absorvemos os problemas todos, e nós é que temos de os resolver todos, não é verdade, nunca foi nem nunca vai ser, porque aqui, há que realmente ter em conta, e todos os anos chamo a atenção disso, os próprios empresários têm que ser mais, às vezes deviam abrir o código de conduta, não apenas para os utentes, mas também para os empresários. Porque se um empresário num determinado estabelecimento, está a servir uma bebida ou um produto qualquer de bebida ou alimentação e não está em condições, como eu vi o ano passado ou há dois anos umas fotografias de um determinado sítio, realmente é lamentável, porque aquilo está a ser servido, pura e simplesmente não devia ser servido nada àquela pessoa naquele estado. Mas esse tem de ser um trabalho de muita socialização e até educação. O André Lima falou novamente sobre a questão da venda dos bilhetes on-line, ainda hoje falei com os serviços, portanto, isso está a ser tratado, espero que isso seja rápido, mas isto é tudo tão lento e tão moroso que já tenho receio de dizer e depois não cumpro aquilo que disse, não sei se é daqui a um mês, daqui a dois ou três, é fundamental que nós tenhamos esse esse tipo de possibilidade de vender os bilhetes on-line." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, nem leitura resumida da correspondência, o Presidente da Assembleia deu início ao período da ordem do dia. ---

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Carla Madeira: "Eu queria só fazer esta chamada de atenção, na página vinte e um, estes procedimentos, contínuo sem perceber porque é que continuamos a colocar módulos pré-fabricados a servir de salas de aulas para as nossas crianças. Eu acho que era tempo de



nós começarmos a pensar em estruturas a sério. É óbvio que isto são recursos de urgência e de última hora, mas estas coisas têm que ser feitas, está em causa a educação das nossas crianças e era importante pensar que, não são módulos que servem para dar aulas, têm que ser mesmo salas especiais para isso. A outra questão aqui na transformação e legalização de ambulância de transporte e socorro animal em viatura ligeira existente, quero dar os parabéns, uma das coisas que eu evidenciei foi o facto de se ir gastar muito dinheiro numa ambulância, que penso que, na altura eram noventa e cinco mil euros, passamos para trinta e três, espero que este valor seja depois alocado, por exemplo, ao centro de bem-estar animal que tanta falta faz. Eu estive na causa, mais de dez anos como voluntária, sei o que é gerir orçamentos apertadinhos, portanto, dou os meus parabéns à Câmara por ter realmente resolvido outra situação mais em conta, só espero é que, realmente o restante valor, que são cerca de sessenta mil euros, faça depois diferença também no resto da causa." -----

Luna Silva: "Boa noite, cumprimento todos os presentes, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, funcionários da Câmara e munícipes do concelho de Albufeira. Senhor Presidente, nos despachos de adjudicação consta um ajuste direto ao abrigo do disposto na alínea B do número um, do artigo vinte e sete do CCP, procedimento para prestação de serviços de monitorização e recuperação da receita fiscal do Imposto Municipal sobre transmissões onerosas, em que a entidade adjudicatária é a sociedade Fiscompete, consultoria fiscal limitada com valor da adjudicação de duzentos e catorze mil euros e com a data de despacho de vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e dois. Por se tratar de um valor elevado, o partido Chega foi pesquisar o contrato acima mencionado, no site base ponto GOV, contratos públicos online. De acordo com o mesmo, o valor do encargo máximo é de duzentos e sessenta e três mil e duzentos e vinte euros, sendo a quantia de duzentos e catorze mil euros, referente ao valor da prestação de serviços e o valor de quarenta e nove mil duzentos e vinte euros relativos ao valor do IVA. Sobre a vigência do contrato, o mesmo tem início no dia da celebração do contrato, no caso em apreço, dia vinte de novembro de dois mil e vinte e dois e finda no dia trinta e um de março de dois mil e vinte e três, ou seja, este contrato de apenas quatro meses, custou à Câmara Municipal de Albufeira a quantia de duzentos e sessenta e três mil euros. Pergunta-se, que serviços serão realizados neste contrato que justifiquem tamanho o valor? Pois bem, de acordo com a



cláusula um do contrato, com a epígrafe objeto, os serviços do presente instrumento compreendem as seguintes fases: fase um, recolha e tratamento dos elementos de informação; fase dois: identificação das situações, factos tributários, geradores de erosão tributária ao nível dos diferentes impostos para efeitos de comunicação, pedido de informação à Autoridade Tributária e Aduaneira; fase três: comprovação pela Autoridade Tributária e Aduaneira da Regularização Tributária, correção das liquidações que se mostrem devidas. Eu pergunto ao Senhor Presidente o valor do contrato é justificável? Não terá este contrato um valor altamente excessivo, dado os serviços a prestar e a duração do mesmo?" -----

André Lima: "Em relação à informação do Presidente, eu estive a contabilizar os valores incluídos relativos às festas e aos eventos de Natal e passagem de ano, e pelas minhas contas, estão ali perto de um milhão de euros, duas perguntas. A primeira, este é o valor total que podemos esperar ou há mais alguma coisa que devemos saber? Segunda questão, tendo em conta a série de anos consecutivos, excetuando, se calhar, os anos da pandemia em que temos este tipo de investimento, que este investimento vai escalando há algum balanço acerca do retorno que estes mesmos eventos têm tido para os Albufeirenses? E não estou a perguntar acerca das generalidades, que ouvimos aqui da última vez, acerca da promoção da marca Albufeira, ou de publicidade gratuita, estou a perguntar se há efetivamente algum estudo que nos permita tirar conclusões a esse nível?" -----

Domingos Coelho: "Senhor Presidente gostava de colocar aqui uma questão que tem a ver com estas informações do Senhor Presidente, na página dezasseis diz que foi aprovado os critérios de ordenação das candidaturas já ao CAE, portanto, ao Centro de Acolhimento Empresarial de Albufeira, isto é para vinte e três e a minha pergunta é a situação atual. Quantas empresas e que tipo de empresas estão ali sediadas?" -----

Carlos Quintino: "Boa noite a todos, digníssima Assembleia, digníssimos munícipes presentes e em casa, logicamente que tudo é importante, mas há aqui três pontos que me fazem aqui vir para enaltecer aquilo que é a posição do executivo e sensibilidade para estas áreas. A primeira questão tem a ver com o apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, no valor de trezentos mil euros. A segunda situação que eu gostaria de destacar, tem a ver com uma requalificação a ser executada numa biblioteca escolar, nomeadamente na EB um jardim-de-infância da Correeira e a terceira também com uma empreitada de ampliação do jardim-de-infância de Paderne. É que,



quem nos escuta, às vezes pode parecer que tudo é mau, e nem tudo é mau. Há realmente obras importantes, de grande destaque neste compêndio que o Senhor Presidente e o seu executivo nos faz chegar habitualmente, e era importante também realçar as obras pela positiva, não é que não tenha valor as intervenções no sentido de questionar, mas há que trazer aqui algo de positivo também, porque se não saímos todos daqui, às vezes com a ideia de que é tudo mau e não o é." -----

Leonardo Paço: "Agora sim, que tenho tempo, eu não fiz as contas, como o André Lima fez, seguramente estarão certas, não estou aqui a contestar as contas que ele fez, mas acho que é importante continuarmos a vender a marca Albufeira e vendê-la da forma como temos feito e depois daqueles dois anos, como acho que é ainda mais importante reforçar e vender marca Albufeira. Um evento para a passagem de ano serve precisamente para isso e eu tive oportunidade de estar presente, foi dignificante e que ajudou muito a vender a marca Albufeira."-----

Presidente da Câmara: "A Carla Madeira falou na questão das salas pré-fabricadas nos estabelecimentos de ensino, só existe quando há necessidade imperiosa e urgente de se colocar mais uma sala de jardim-de-infância ou de primeiro ciclo. Neste momento, temos projetos já prontos para ampliar o Jardim-de-infância da Correeira, dos Calços, de Vale Rabelho. Temos já adjudicado o projeto de arquitetura da Escola Francisco Cabrita, a escola Diamantina Negrão está em termos de construção, não sei se já terminou, e já estamos a trabalhar na de EB 2, 3 de Ferreiras. Assumimos essas responsabilidades a partir do dia um de Abril, temos a escola secundária que, no tempo da célebre empresa parque escolar, que tão bons produtos deixou por aí pelo país, em algumas escolas balúrdios de dinheiro gastos em escolas de remodelações com candeeiros desenhados pelo arquiteto Siza Vieira, não estou aqui a menosprezar o papel do arquiteto, mas há escolas não têm as mínimas condições. A Escola Secundária de Albufeira, nunca levou nenhuma remodelação propriamente dita, foi só apenas ampliações e foram várias, quatro ampliações e remodelações, umas pequenas lavagens interiores para melhorar um bocado serviço, mas, portanto, essa escola também vai ter que ser uma das escolas que vai ter que ser intervencionada e já é, com algum peso financeiro, com certeza, porque é uma escola grande. A deputada Luna Silva falou na questão de um procedimento que viu na informação escrita, onde fala na recuperação de impostos, até ao momento, isto para justificar o facto de se gastar duzentos e catorze mil euros mais IVA. Até ao momento, foi encontrada matéria nos documentos observados pela entidade que está a



fazer este trabalho, matéria para a câmara vir a receber um milhão quatrocentos e oitenta e cinco mil oitocentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos. Portanto, isto comparado com os duzentos e catorze mil mais IVA, dá um milhão de euros a mais. Está aqui um saldo de um milhão de euros, portanto, e ainda está o trabalho por terminar, ainda não está tudo terminado. E isto é real, não é só uma perspetiva. Relativamente ao André Lima nos gastos Natal e Ano Novo, é sempre discutível gastar mais ou gastar menos, se nós queremos ter Albufeira, e eu não tenho dúvidas que, neste momento, tenho empresários de hotelaria, que já estão a ter reservas para o próximo ano, por alguma razão isso acontece. Agora temos que fazer com que os empresários abram mais os seus estabelecimentos por aqueles dias, espero começar a fazer reuniões dentro de pouco tempo para que isso possa vir a acontecer, porque é muito importante. Agora, evidentemente, se a marca Albufeira já atingiu um estatuto neste campo muito importante, e é mesmo muito importante, é preciso ver que qualquer minuto na televisão são dez mil euros ou coisa parecida, qualquer anúncio que se passa num outdoor são situações que, evidentemente, fica caro. Eu antigamente, antes de vir para o Algarve via sempre o Cross das Amendoeiras em Flor, era sempre transmitido no canal dois, o qual decorreu ontem e agora só através de um pagamento de vinte e cinco ou trinta mil euros a um canal de televisão é que o transmitem. Antigamente, acho que o próprio canal de televisão transmitia. Agora toda a gente pede logo dinheiro à cabeça, que é para ficar logo com o assunto encerrado. No entanto, qualquer programa de televisão que aconteça, que não se paga a televisão, mas paga-se depois as outras coisas, a estadia, alimentação de toda a gente que vem, acho que é um meio também ótimo, de promoção do concelho de Albufeira. Este ano, o programa decorreu em Paderne, acho que foi bom, foi no final do ano. Relativamente ao estudo de impacto, para ver qual é o impacto financeiro, se tem retorno, às vezes desconfio um bocado desses estudos, porque, não sei se será muito fácil e muito objetivo de se conseguir calcular qual é o retorno financeiro de um evento, qualquer que ele seja, porque acho que é tudo tão subjetivo que é difícil analisar isso, mas de qualquer das maneiras, aqui há uns anos já foi feito um, foi feito pela Universidade do Algarve, mas isso dá sempre positivo, ou quase sempre. O Domingos falou na questão do CAE, não sei quantas empresas lá estão, mas devem estar umas dez ou onze, e está agora a ser implementada para o próximo ano, esperando que seja mais procurado também. É importante apostarmos também numa outra coisa, que é a questão de nómadas digitais."-----



André Lima: "Ainda neste assunto, tenho que notar que o colega deputado Leonardo Paço começou por dizer: "agora com tempo", mas afinal em menos de um minuto cabe muita coisa. Teve tempo para responder e fazer aqui o papel que a bancada do PSD normalmente também faz, de primeira linha de defesa do Presidente. Mas em relação a isto, eu não coloquei em causa, nem questionei o valor, se era muito ou se era pouco, eu perguntei, se aquele valor que eu contei seria o valor total ou se há mais algum, e depois perguntei se havia um estudo. O presidente respondeu que os estudos não se objetivos, mas parece que o "achismo" já é algo objetivo, mas, pelos vistos, a Universidade do Algarve em tempos, já fez, ou seja, é possível fazer-se. A minha questão é, se há, pelos vistos não há, ou se fará sentido essa discussão que estou a lançar, tentar objetivar-se isto, tentar perceber qual é o impacto que tem não só nestas métricas mais subjetivas, mas de forma objetiva, se esse impacto existe, que eu até acredito que seja positivo e se calhar, até é algo que pode ser aproveitado politicamente."-----

Presidente da Câmara: "Responder ao deputado André Lima, não falámos antes de vir para aqui com o Leonardo, portanto, isto foi apenas uma questão que lhe vai na alma, com certeza, que é uma pessoa percebe o que é o turismo e sabe o que as pessoas dizem lá fora. A questão sobre se está tudo aqui, eu acho que sim, está tudo já contemplado nessa informação. Sobre o estudo, é uma questão a verificar-se e a refletir um bocado sobre isso, se merece a pena gastar esse dinheiro, talvez mereça ou não."-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das atas 19.12.2022 e 23.01.2023;-----

Presidente da Assembleia: "Eu estava um pouco empolgado para passar a este ponto, antes de mais para agradecer o trabalho dedicado das nossas funcionárias da Assembleia Municipal, Isabel Catatão e Luisa Alambre, que têm feito um trabalho excelente, extensível aos senhores membros da mesa que têm verificado as atas e por fim, agradecer ao Senhor Presidente a aquisição do novo sistema para a reprodução das atas, o que tem permitido que nós hoje estejamos a aprovar duas atas, uma de Dezembro e outra de Janeiro, ou seja, aprovamos a ata da última sessão. Muito obrigado a todos." O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO DA ATA DE 19-12-2022:-----



Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Carlos Quintino. -----

Votos a favor: dezoito (18) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Nelson Cachita, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Carla Madeira; Carlos Quintino; Carlos Vieira; Dário Pereira; Antonieta Dias, pelo que não votaram.-----

Helena Simões: "Eu gostaria só de pedir, se fosse possível, eu tenho tido o cuidado de comunicar e informar as minhas faltas, tenho pedido que me seja confirmada a boa receção dos e-mails, efetivamente têm sido confirmado, no entanto, até porque é uma prerrogativa da Mesa da Assembleia proceder à marcação e justificação das faltas dos membros da Assembleia Municipal, por isso, das duas uma, ou peço que doravante confirmem se foi considerada justificada a minha ausência, ou que façam constar, consignar na ata que a ausência foi devidamente justificada e que foi considerada válida pela Mesa." -----

Presidente da Assembleia: "Senhora Deputada, normalmente a falta é justificada pela substituição e, portanto são consideradas justificadas, mas se entende, passaremos a enviar a confirmação de que realmente a falta é justificada."-----

Leonardo Paço: "Eu acho que a questão da Helena Palhota é pertinente, até porque assim ficamos sem saber se na última reunião, por exemplo, a falta de Inês Mendonça foi ou não justificada. "-----

Presidente da Assembleia: "É fácil de perceber que a deputada Inês Mendonça não esteve presente durante toda a sessão, porem a falta foi posteriormente justificada."-----

VOTAÇÃO DA ATA DE 23-01-2023:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água,



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Inês Mendonça, Helena Simões; Cláudia Raimundo, Nelson Cachita, e Antonieta Dias, pelo que não votaram.-----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Ferreiras e Guia; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Madeira: "Eu só queria dar os parabéns a estas juntas de freguesia, pelas iniciativas no Carnaval, parece que foram sucesso, queria só deixar aqui um apontamento, porque, como sabem, eu frequento mais Paderne e notei este ano um decréscimo bastante grande. Penso que se deveu ou de alguma forma ajudou o facto de Ferreiras fazer o Carnaval à mesma hora e nos mesmos dias que Paderne. Isto não é uma crítica, como é óbvio, era só um apontamento para que, de futuro, se calhar, as freguesias se organizassem de forma a que não houvesse uma concorrência tão direta, talvez colocar Paderne com Albufeira nos mesmos dias, e trocar de forma a que não houvesse a concorrência que houve e que sei que houve, porque eu tive amigos que iriam para Paderne e acabaram por ficar em Ferreiras, exatamente porque havia ali uma dificuldade em conseguirem passar para Paderne".-----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia quero parabelizar as juntas de freguesia que tiveram Carnaval, mas quero também parabelizar o grupo de cidadãos que se organizou nas freguesias que tiveram carnaval, nomeadamente Albufeira e Olhos de Água, Ferreiras e Paderne, porque efetivamente, foram em todas elas a base daquilo que foi a organização dos Carnavais. Sem pessoas não se faz nada e não se faz carnaval também. E gostava de deixar uma palavra especial à Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, também por uma iniciativa que considero super positiva, que é a musica ao vivo no mercado dos Olhos de Água e que, por aquilo que me vai chegando, tem dinamizado bastante o mercado e as pessoas têm ali um outro ambiente e, às vezes com pequenos pormenores dando valor aos artistas da terra, consegue-se ali ter mais gente a utilizar o comércio local e utilizar o mercado, há que realçar também esse ponto que aqui vem expresso nesta ordem de trabalhos, obrigado." -----



Carlos Vieira: “Já que falamos aqui de Carnaval, não podia deixar de vir aqui, dar os parabéns às juntas de freguesia pela iniciativa e trabalho que tiveram, mas não posso deixar de dar os parabéns ao grupo de amigos, Paulo Norberto, o Rui Correia e o Joca, pela iniciativa que tiveram no ano passado e que este ano com o apoio da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água fizeram uma tarde espetacular, e que se deve de repetir. Quanto à questão das Ferreiras e Paderne e da Guia que também já está a querer fazer alguma coisa, há dias propunha um amigo meu, dizia assim: “vocês do MIPA deviam de aproveitar e propor agora a separação das freguesias de Olhos de água e de Albufeira, porque está-se a fazer ao longo do país.” Oh meus amigos, somos tão pequeninos, temos de estar cada vez mais juntos, juntarmo-nos e não separarmo-nos.”-

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “Boa noite a todos. Para terminar com o nosso Carnaval, que foi muito bom em todas as freguesias, quero dizer também que a Guia também teve carnaval, senhor deputado Quintino. Agradecer também às pessoas que fizeram parte desse Carnaval da Guia, e dizer que a Guia faz, sempre fez, e vai voltar a fazer, nunca atropelando ninguém e sempre com o apoio de toda a gente, de todas as freguesias, porque acho que unidos somos mais fortes. Obrigado.” -----

Carlos Quintino: “Caríssimo Presidente da Junta da Guia foi sem qualquer intenção que não mencionei a Guia e peço desculpa por isso, eu desconhecia completamente, mas assim também fi-lo levantar lugar e vir aqui falar que também gostamos de o ouvir e, portanto, as minhas desculpas nesse sentido.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: “ Eu não venho falar de Carnaval, venho agradecer à Câmara Municipal todo o apoio que deu à Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos da Água na realização, sobretudo do Carnaval no EMA. Nós conseguimos fazer, na realidade, digo nós, a junta que presido, mas se não fosse a Câmara Municipal nada era possível, portanto, o Carnaval na baixa, o Carlos já disse o que se passou, nós juntámos com muito prazer aos foliões, e claro que, vamos voltar a fazê-lo para o ano, se Deus quiser o meu obrigado, Senhor Presidente.”-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Boa noite a todos, já que estamos a falar de Carnaval, gostava de agradecer à minha população que organizou um excelente Carnaval em Ferreiras, como vocês viram mobilizou centena, para não dizer milhares de pessoas, movimentou praticamente a nossa freguesia toda, envolvemos os comerciantes todos, mas deixamos a estrada aberta para Paderne, como vocês viram. Não foi como a Carla disse, que tiveram dificuldades. Se calhar já têm dificuldades na estrada durante



o dia, se passarem em hora de ponta é um bocado dificulto, todos os dias aquela rotunda torna-se um bocado complicada com o trânsito, se passarem nas horas de ponta, a partir das cinco e meia, não tem nada a ver com o Carnaval. Nós começamos com o Carnaval cedo, começamos desde o primeiro ano a tradição, há 5 anos que mantemos a tradição, mas é um carnaval que é feito pela população, e com a população, portanto, os que estiveram lá presentes têm reparado nisso, portanto, todos os comerciantes contribuíram para aquele carnaval, é um carnaval aberto a toda a população, é um Carnaval Trapalhão onde cada um pode participar à sua maneira e para isso dá azo a que as pessoas participem cada vez mais, não tem regras, como se calhar alguns têm, não tem pagamentos, como alguns têm, portanto, quando se vem aqui falar de carnaval, temos que falar de um carnaval aberto à população. Se dermos ajuda, tem pernas para ser um bom carnaval, porque a população adere muito em Ferreiras, portanto, é uma população jovem, uma população que gosta destes eventos, e é para isso que nós estamos a trabalhar."-----

Presidente da Junta de freguesia de Paderne: "Muito boa noite a todos, em relação ao Carnaval de Paderne, é um Carnaval diferente, é um Carnaval antigo, este ano teve outros moldes, com muita juventude, quero agradecer à Câmara Municipal pelo apoio que deu. É uma organização da Casa do Povo Paderne e da parte da Junta de Freguesia tem todo o apoio, como é evidente. Nós não temos grandes superfícies que nos ofereçam leitões, porcos no espeto. Nós não damos nada porque estamos no interior, somos pobres. Em Paderne pagavam um euro, que é uma insignificância, um euro para o trabalho aquilo dá, toda a juventude empenhada, portanto, o meu amigo Jorge vive numa freguesia de grandeza, mas Paderne vive na pobreza."-----

Carla Madeira: " Só queria deixar aqui claro que não disse isto para picar o senhor Presidente da Junta de Ferreiras, dou inclusive os meus parabéns, de facto, à iniciativa e parece-me que a população gostou bastante daquele carnaval, agora que é um facto que as pessoas chegavam à rotunda das Ferreiras e tinham que esperar quarenta minutos para passarem os carros alegóricos todos à volta, eu vi vídeos, não sei, se calhar foi um mero acaso, um último carro, não sei, disseram-me que não chegaram lá porque havia dificuldade na rotunda, mas, de qualquer forma, dou os meus parabéns e naturalmente, são iniciativas para continuar. Só fiz um achega de forma a que não fizéssemos concorrências uns aos outros, que fizéssemos as coisas de forma a que desse para toda a gente e que toda a gente se divertisse."-----



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Só para prestar um esclarecimento muito rápido. A rotunda não esteve cortada, esteve foi controlada pelas forças da autoridade, a GNR controlou trânsito, nós não utilizamos a rotunda com o Carnaval, só utilizávamos até ao mercado, só utilizávamos para dar a volta aos carros, portanto, o curso não leva quarenta minutos a passar uma rotunda, o máximo que pode levar é cinco ou dez minutos, portanto, e como vos disse, esteve lá as forças de autoridade, melhor que ninguém podem reportar o que se passou. Nós ao falarmos devemos de ser contidos e saber o que dizemos, porque quem está a ouvirnos pensa que aquilo esteve lá muito tempo cortado e não, a rotunda esteve sempre aberta." -----
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento da declaração de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2022; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Tendo em conta que aqueles recebimentos em atraso, portanto, dinheiro que não entrou e devia ter entrado nos cofres da Câmara, reporta à volta de cinco milhões de euros, presumo que seja a grande maioria faturas de água em atraso e tendo em conta que nós sabemos muitas vezes o que acontece quando alguém não paga a fatura de água, a bancada do Partido Socialista solicitava uma listagem dos devedores acima de mil euros por fatura." -----

Presidente da Câmara: "Já informei em reunião de câmara que tenho de agendar uma reunião para dia seis ou dia sete, entre os vários Diretores de Departamentos e os vários membros do executivo permanente, para escarpelizar estes casos todos. Se bem que a maior parcela, evidentemente que é da água, águas residuais e resíduos sólidos, está tudo na mesma fatura são quatro milhões e novecentos mil euros quase, depois há a publicidade e ocupação da via pública, as rendas de habitações, espaços municipais, mercados e feiras e outros, portanto, já são menos significativos estes quatro últimos itens. Há muitos destes que têm planos de pagamentos, portanto, para além de a pessoa cumprir o plano de pagamento e pagar a fatura que está mensal, que vai caindo, é preciso não deixar de pagar outra vez, se não baralha o plano de pagamento com o não pagamento.



Esses casos não se consideram em incumprimento, evidentemente que falta pagar, ainda é preciso pagar, é como se faz nos bancos, as prestações de um empréstimo, se o banco fizer com o seu cliente um plano de pagamentos dos empréstimos, se ele cumprir aquele plano de pagamentos e pagar todos os meses aquela quantia, aquilo corre tudo bem, porque se deixar de pagar uma vez uma prestação, todo incumprimento apanha o bolo todo e aqui é a mesma coisa, portanto, há muitos desses em planos de pagamento, mas vamos fazer precisamente isso para ver se temos uma noção de como é que coisas se tratam. Depois queria ver também a questão das prescrições, para evitar este tipo de coisas, porque isto não pode, as pessoas habituarem-se a não pagar, porque se se habitua a não pagar é muito mau. Houve na altura aquela questão, durante a pandemia alguma, digamos tolerância para não dizer benevolência, mas pronto, a pandemia, já passou. Agora, principalmente os empreendimentos turísticos tiveram um ano, segundo todos dizem extraordinário, tiveram já este mês de janeiro e fevereiro com belíssimas ocupações, portanto, não há grandes razões para que isto possa acontecer ou deva acontecer, portanto, vamos ter que tratar disso, nem que para isso tenhamos de recorrer, porque é fundamental às vezes em termos psicológicos, que na carta que chega a casa, não seja papel timbrado da câmara, mas seja de um advogado, que a pessoa fica logo um bocado já aflita e é isso que, se calhar se vai recorrer precisamente, mas vamos analisar isto e depois para a próxima reunião, com certeza que já será presente aqui um relatório desta situação." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da autorização prévia prevista na alínea p) do n.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso Público Internacional para a Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Postes de Sinalética Direcional Publicitária no Concelho de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Sugere-se que a digníssima Assembleia Municipal delibere a abertura do concurso público internacional para concessão do direito de uso privativo de espaço



público para instalação de postes de sinalética direcional publicitária no concelho de Albufeira. O partido Chega analisou as peças de procedimento em anexo, bem como o caderno de encargos e após leitura cuidada e atenta das cinquenta e oito páginas que reportam a este ponto, o partido Chega, depreendeu-se com a falta de um documento obrigatório por lei previsto no número cinco do artigo sessenta e sete do Código dos Contratos Públicos, que refere o disposto, antes do início de funções os membros do júri e todos os demais intervenientes no processo de avaliação de propostas, designadamente peritos, subscrevem declaração de inexistência de conflito de interesses, conforme modelo previsto no anexo treze ao presente código e que dele faz parte integrante. Na documentação apresentada está presente a declaração de inexistência de conflito de interesses da vogal, senhora Maria Fátima Martins, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, a declaração de inexistência de conflito de interesses da vogal, senhora Suzana Gomes, que até se encontra de forma repetida, a declaração de existência de conflito de interesses do vogal senhor Pedro Correia, e a declaração de existência do conflito de interesses da vogal, senhora Ana Pereira, contudo, não se encontra a declaração de inexistência de conflito de interesses do presidente do júri do concurso, senhor Paulo Batalha Azevedo, face ao exposto e uma vez que não se encontram reunidos os documentos previstos, número cinco do artigo sessenta e sete do CCP, o partido Chega entende que estamos perante uma irregularidade no procedimento concursal, uma falta do cumprimento no estabelecido na lei pelo que questiono o senhor Presidente, qual foi o motivo da omissão deste documento?" -----

Presidente da Câmara: "Não foi nenhum motivo especial, portanto, se não fez vai ter que fazer, portanto, todos fazem, aliás acabou de ler todos os membros do júri, e uma das pessoas está aqui, certamente foi um esquecimento, um lapso, mas sendo obrigatório, todos fazem, todos têm feito, portanto, isso vai ser completado com essa declaração de não conflito de interesses." -----

Luna Silva: "Em consideração, o dito pelo Senhor Presidente, e uma vez que a entrega deste documento é obrigatório, independentemente de ter sido um lapso, o partido Chega propõe o seguinte a esta Assembleia Municipal, a nação da irregularidade com exibição imediata em sede de Assembleia do documento, a fim do ponto ser deliberado na Assembleia Municipal, caso o mesmo não seja exibido, o partido Chega propõe que seja retirado este ponto da ordem do dia, passando o mesmo a constar na próxima Assembleia Municipal com a apresentação do documento em falta." -----



Presidente da Câmara: "Amanhã vai ser enviado para todos os grupos da assembleia, para evitar esse tipo de dúvidas, não temos problema absolutamente nenhum, é a coisa mais fácil, isto foi apenas um esquecimento, não é nenhuma grande irregularidade." -----

Presidente da Assembleia: "A Assembleia no entanto é soberana relativamente a esta matéria. Na verdade nós, neste momento não temos o processo regular pelo que, se votarmos pode acontecer que eventualmente seja amanhã ratificado. O que é facto é que estamos perante uma situação em que não sabemos se pode ter sido um mero lapso, ou se efetivamente falta esse documento tão importante. O ponto em si está incompleto." -----

Luna Silva: "Eu só queria referir o seguinte, nós estamos a votar um ponto da ordem do dia hoje, não vamos votá-lo amanhã, portanto, se a documentação não se encontra presente hoje, creio que os deputados não têm condições para poder aprovar um concurso que tem uma irregularidade de facto." -----

Carlos Quintino: "Tendo havido a disponibilidade do senhor presidente e da excelentíssima engenheira Suzana, que já se deslocou ao Páteo para ir buscar o documento, eu acho que aquilo que deveríamos fazer era saltar este ponto e voltar a ele numa próxima oportunidade e todos votaríamos em consciência."-----

O Presidente da Assembleia propôs e colocou a votação passar o ponto quinto para último ponto da ordem de trabalhos e dar seguimento aos restantes assuntos, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, referente ao Concurso Público para aquisição de Serviços de Certificação Legal de Contas do Município de Albufeira para os exercícios económicos de 2022 e 2023 - adjudicação e aprovação da minuta de contrato; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, concurso público para aquisição de serviços de certificação legal de contas do Município de Albufeira para os exercícios económicos de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, adjudicação e aprovação da minuta de contrato. Mais uma vez, propõe-se que seja selecionada proposta da empresa Dfk Associados, sociedade de revisores oficiais de conta limitada para efeitos de



adjudicação no valor de dezanove mil euros. O partido Chega, já por diversas vezes que apresentou a sua pronúncia sobre esta questão. Inicialmente opôs-se à escolha do meio de procedimento legal adotado, na altura de ajuste direto, pois poderia estar em causa a violação do disposto número dois do artigo cento e treze do Código dos Contratos Públicos. Em segundo, pelo não cumprimento dos princípios que vigoram na execução da contratação pública e que devem ser respeitados, como é o caso do princípio da imparcialidade e o princípio da transparência, uma vez que, apesar de serem empresas diferentes, facto é que a equipa de auditoria é a mesma. De acordo com o indicado, o meio de procedimento legal utilizado foi o concurso público, e houve apenas uma empresa a concorrer Dfk associados. O partido Chega mantém o que já tinha dito. Não pode esta Câmara recorrer sempre à mesma equipa de auditoria para certificar as contas. Já o faz desde dois mil e dezassete, aliás, devo recordar que, há já três Assembleias Municipais que solicitei que me fossem enviados os contratos celebrados com a empresa em questão e até à presente data ainda não os rececionei. Sobre o valor, não posso deixar de questionar sobre o facto de que, deste dois mil e dezassete, o valor adjudicado ser sempre o mesmo, dezanove mil euros, é que após consulta feita no base ponto Gov, esta empresa faz serviço de auditoria e certificação de contas em outros municípios, com outros valores. Veja-se o caso do Município de Olhão, trinta e nove mil euros e novecentos, Município de Faro, trinta e três mil e seiscentos e sessenta euros. Porque é que em Albufeira se pratica sempre o mesmo preço? Requer esclarecimentos sobre questionado senhor Presidente, obrigada.”-----

Carlos Quintino: “Daquilo que percebi, trata-se de um concurso público onde houve só uma proposta e, portanto, só houve uma proposta porque só esta empresa é que mostrou interesse em concorrer e, portanto, parece-me que isso é absolutamente claro. No que diz respeito ao valor, os valores apresentados das outras autarquias, este é inclusive inferior e naquilo que é o aparecer sempre esta empresa, quero pensar que, seja aquilo que é a falta de empresas deste género do mercado e, portanto, a mim este procedimento e a bancada do PSD/CDS, por princípio, não levanta nenhuma questão.”---
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Luna Silva -----

Abstenções: duas (02) Mónica Coimbra e Carla Vieira-----



Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Nelson Cachita, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Antonieta Dias, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos sete e oito e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à 1.ª revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2023-2027; -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à 1.ª revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2023-2027; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "No âmbito do processo que conduziu à aprovação da primeira revisão orçamental de dois mil e vinte e dois, o executivo camarário e o Partido Socialista estabeleceram um acordo que previa um conjunto de projetos e ações a desenvolver nas diferentes freguesias. Posteriormente, foi solicitado pelo grupo municipal deste partido, de forma oral e por escrito, um pedido do ponto da situação das ações entretanto desenvolvidas. Lamentavelmente, não se obteve qualquer resposta. Assim, não houve o devido respeito aos representantes do PS nesta Assembleia, nem se cumpriram os preceitos jurídico-administrativos. É de lamentar esta situação, tanto mais que, sempre assumimos uma postura construtiva e de diálogo com o objetivo de contribuir para a solução dos problemas do concelho. Segundo, aquando da votação para o orçamento de dois mil e vinte e três, o grupo municipal do PS absteve-se, não por se identificar com a proposta do executivo mas, principalmente, por não querer contribuir



para uma governação do concelho assente em duodécimos, que devido à inflação criaria dificuldades de gestão no dia-a-dia, designadamente na área social. Terceiro, o valor de quarenta e oito milhões de euros que agora consta para a transição de saldo representa mais de cinquenta por cento da verba total do orçamento já aprovado. Assim sendo, podemos afirmar que estamos na presença de um novo orçamento, todavia, ao manter-se a mesma estrutura agrava os seus desequilíbrios e fragilidades. Vejamos alguns exemplos: a) a despesa com a compra de água tinha uma dotação inicial de setecentos e setenta mil euros, é agora reforçada com cinco milhões e seiscentos mil euros, ou seja, sete vezes mais. A rubrica aquisição de Serviços com uma dotação de vinte e cinco milhões foi reforçada com treze milhões, o que representa mais de cinquenta por cento. A rubrica Ações de Índole Promocional, passou de quatrocentos e quarenta mil euros para um milhão e seiscentos mil euros, cerca de quatro vezes mais. A rubrica Aquisição de bens e serviços de seiscentos e quarenta mil euros, passou para dois milhões e duzentos euros, três vezes e meia a mais. São meros exemplos que provam uma evidente desorçamentação e também uma clara supremacia de verbas alocadas a rubricas de despesa corrente em prejuízo do investimento. B) os projetos de reabilitação das ruas MFA, António Aleixo, Fernando Pessoa e Av. Sá Carneiro não são contemplados com verbas para obras, apesar dos quarenta e oito milhões disponíveis e de constarem há longo tempo como projetos a realizar. Mais um exemplo da opção orçamental subjacente e na incapacidade de investir em obras estruturantes para a cidade, de que o estado atual da rua do MFA é um exemplo. C) Apesar da gritante falta de habitação no concelho, a verba destinada à habitação construção, é de quatrocentos mil euros ainda que conste oitocentos e cinquenta mil para aquisição de edifícios. Para o PS será sempre preferível apostar na construção e não tanto na aquisição, como tem vindo a acontecer. D) Relevante e significativo é o reforço de somente cento e oitenta e sete mil euros na área da Cultura. O projeto de requalificação do espaço da antiga Matriz consta há anos em sucessivos Orçamentos mas continua sem avançar. Sabe-se que hoje em dia, o que marca a diferença qualitativa entre as cidades, é a cultura entendida no seu conceito de "lato senso", o que nunca aconteceu verdadeiramente em Albufeira. Quarto, reconhece-se, entretanto, algumas virtualidades nesta revisão orçamental designadamente no reforço das verbas na área social, na educação, algumas promessas no setor da Saúde e algumas obras nas freguesias, cumprindo, finalmente, algumas propostas do Partido Socialista, acordadas em dois mil e vinte e dois com o executivo. Fazemos fé." -----



Carlos Quintino: “A ver da bancada do PSD/CDS, entendeu daquilo que foi o estudar do documento, que ele existe porque primeiro havia que passar quarenta e oito milhões e qualquer coisa, a gerência que findou e, portanto, tornava-se obrigatório fazer essa revisão, primeira questão. E segundo, olhando para aquilo que nos é apresentado, deparou-se com uma série de novos projetos que são incluídos, que tem a ver com aquilo que é a transferência de competências, nomeadamente na educação e na saúde e, portanto, não parece que haja aqui nada assim fora daquilo que seria o normal fazer por este ou por outro executivo, é lógico que são opções políticas, e a política é feita mesmo disso, de opções, mas se esmifrarem o documento chegam facilmente à conclusão de que, esta revisão o que nos traz é a inscrição de novos projetos no âmbito da Administração Geral, no âmbito do ensino não-superior e aqui entra a transferência de competências da área da educação, e no âmbito dos serviços individuais de saúde também com a transferência de competências na habitação social, no âmbito do ordenamento do território e no âmbito do saneamento e do abastecimento de água. Tem efetivamente aqui inscrito, isso não deixa de ter a sua importância no âmbito do desporto, uma série de novos projetos a levar a cabo, e acho que somos todos de acordo que efetivamente esta área do desporto é importantíssima e, portanto, a bancada do PSD/CDS não vê nada daquilo transcendente nesta revisão, senão aquilo que era efetivamente necessário. Tenho dito.” -----

Luna Silva: “A primeira revisão, alteração modificativo ao Orçamento e o plano orçamental plurianual dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e sete, destina-se essencialmente na possibilidade de utilização do saldo apurado na gerência finda no montante de quarenta e oito milhões, quinhentos e sete mil oitocentos e cinquenta e dois euros e noventa e cinco cêntimos, na inscrição reforço definição de verbas de rubricas de despesas que constam em projetos das grandes opções de plano, que se encontravam insuficientemente dotados e que se previa a dotar com saldo de gerência. Estes quarenta e oito milhões de euros de que o orçamento inicial de dezembro de dois mil e vinte e dois, estimava, menos cerca de quarenta e quatro milhões de euros, é fruto do crescimento notável da atividade turística e que marcou o aumento do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis. O saldo de gerência é agora distribuído pelas várias rubricas de despesas e projetos das grandes opções de plano, que definem as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica.



Assim, as PPI e a MR afetam uma parte de verbas para financiamento não definido, que corresponde a parte do saldo da gerência anterior, que se prevê que venha a transitar do ano dois mil e vinte e dois. Sobre o anexo, das cento e treze rubricas que se encontram, o partido Chega irá cingir-se naquelas que são primordiais e essenciais para o nosso município e para os nossos munícipes. A chamada satisfação das necessidades dos munícipes, educação, habitação, lares e saúde. Nas escolas é feito um reforço de um milhão quatrocentos e noventa e nove mil e novecentos e trinta e quatro euros, numa dotação atual que tinha valor de quinhentos e nove mil quatrocentos e trinta euros, totalizando assim uma dotação final de um milhão novecentos e dezanove mil e trezentos e sessenta e quatro euros. Analisando as grandes opções de plano, o executivo apresenta as seguintes obras, são elas as seguintes: remodelação, ampliação na EB1 dos Olhos de Água, a terminar em dezembro de dois mil e vinte e três, ampliação de jardim-de-infância da Correeira, a terminar em dezembro de dois mil e vinte e quatro, ampliação jardim-de-infância dos Calijos, a terminar em dezembro de dois mil e vinte e quatro, ampliação do Jardim de Infância de Vale de Rebelo, a terminar em dezembro de dois mil e vinte e quatro, entre outras obras, contudo, neste extenso leque de obras que acabo de anunciar, pergunto a este executivo como será possível realizar todas estas obras com apenas dois milhões de euros? Prossigo, na saúde o orçamento inicial apresenta os seguintes projetos, construção de um novo edifício para ampliação do centro de Saúde, bem como requalificar o existente centro, mediante novas extensões de saúde. A criação da Unidade de Cuidados Continuados Integrados na Guia, a fim de se assegurar que as pessoas portadoras de doença grave ou incurável em fase avançada e progressiva, residentes em Albufeira tenham acesso a cuidados de qualidade, independentemente da idade, diagnóstico e nível socioeconómico. A rubrica aponta para um reforço de novecentos e setenta e sete mil e cento e vinte euros que a somar com a dotação atual de dois milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil e noventa e nove euros, resulta de uma dotação final de três milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e duzentos e dezanove euros. De acordo com a empreitada de construção da unidade de cuidados continuados, foi deliberada na Assembleia Municipal de outubro de dois mil e vinte e dois, o valor da construção são quatro milhões de euros. Daí pergunto se a rubrica tem uma dotação final de três milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e duzentos e dezanove euros e se esta obra vai custar quatro milhões de euros como terá a Câmara Municipal dinheiro para construir o novo edifício para o Centro de Saúde e requalificar



o já existente? Ficaremos a aguardar pelo apoio de fundos para avançar com obras que são realmente necessárias para o concelho? Lares de terceira idade, reforço de dois milhões, cento e noventa e quatro mil e seiscentos euros numa dotação atual que se encontrava zero euros. Sim, a zero euros, ficando a dotação final com um valor de dois milhões, cento e noventa e quatro mil e seiscentos euros. Nas grandes opções de plano indica as seguintes obras, algumas já a decorrer, altura de cobertura do edifício do centro de dia do Rossio, construção do lar, creche e centro de dia dos Olhos de Água, construção da unidade Lar, Jardim de Infância, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, no Cerro Malpique, criação de Unidade de Cuidados na Guia, pergunto de novo a este executivo, numa rubrica de dois milhões, irá conseguir executar todas estas obras apresentadas nas GOP's? E se não fosse o saldo de gerência? Ficaria a rubrica de lares a zero? Como seriam efetuadas as obras? Ficariam mais uma vez os munícipes à espera que transitasse o saldo de gerência de um ano anterior para que houvesse investimentos? É que só a construção do lar, apoio domiciliário e centro de Dia de Fontainhas, parte do valor estimado da obra é de seis milhões, oitocentos e noventa mil euros, mas adivinhe-se, a obra será paga com recurso a um empréstimo bancário, como já tinha sido referido no orçamento inicial. Ainda, rede municipal das estradas, também constitui uma das principais realizações no orçamento inicial apresentado na Assembleia Municipal de Dezembro, requalificação da rua António Aleixo, Rua do M.F.A., requalificação do parque de estacionamento da Nora, como irá proceder o executivo, ao pagamento de tamanhas obras de qualificação com empréstimo bancário, leia-se de novo o orçamento inicial. Senhor Presidente, existem dois princípios que devem ser cumpridos num orçamento, o equilíbrio orçamental prima-se pelo cumprimento da regra do equilíbrio orçamental onde as receitas cobrem todas as despesas. Execução orçamental pauta-se pelo princípio da racionalidade, tem subjacente a maximização dos recursos e a utilização criteriosa das despesas para uma gestão eficiente das dotações autorizadas. É um facto que o quadro das transferências de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais originou que se considerassem despesas correntes nas MR, contudo, há que ser prudente com as despesas. Há que equacionar opções que equilibrem, por um lado, a satisfação das necessidades dos munícipes e, por outro, um equilíbrio orçamental, o que não acontece nesta primeira revisão, quando um orçamento acaba de receber quarenta e oito milhões de euros. Por fim, e para terminar, existe uma rubrica que o partido Chega não pode aceitar que tenha um reforço mais alto que a rubrica da Saúde,



lares, educação e habitação e consta na primeira revisão como outros serviços, mas eu vou dizer o que é que são estes outros serviços, aquisição de serviços de produção de eventos e espetáculos, serviços, ações e realização de eventos e espetáculos, locação de equipamentos para produção de eventos. Esta rubrica teve um reforço de dois milhões, numa rubrica que já tinha quatro milhões assim ficando com uma dotação final de seis milhões. Esta rubrica tem uma dotação mais alta que a saúde, habitação, escola e a lares, mas eu recorro o que foi escrito na apresentação do orçamento inicial por este executivo, que havia de se ter em consideração a enorme incerteza provocada pela guerra, pelo que se tornava crucial que o orçamento pudesse salvaguardar auxílio à população. Pelo que pergunto ao Senhor Presidente se considera esta primeira revisão, um espelho daquilo que foi escrito na apresentação do orçamento inicial apresentado nesta Assembleia Municipal, a dezanove de dezembro de dois mil e vinte e dois?" -----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao deputado Domingos Coelho, e relativamente à questão da primeira revisão do orçamento de dois mil e vinte e dois, quero recordar que, ainda não estariam cumpridas todas as cláusulas daquele compromisso, mas, conforme também afirmou, alguns dos itens que estavam lá nesse compromisso, estão agora aqui espelhadas e penso que vão agora para a frente, mas vou fazer uma análise e um apanhado de tudo aquilo que faz falta, para depois conversarmos sobre isso. Relativamente à senhora deputada Luna, queria dizer que, este orçamento pautou-se pelo equilíbrio, mal de nós se estivéssemos à espera ter mais receitas que despesas, porque, infelizmente, não íamos a lado nenhum, é preciso não esquecer que o Algarve tem sido altamente prejudicado pela questão da distribuição dos fundos comunitários, que isso ninguém diz, porque o Algarve é considerado uma zona rica, em termos da União Europeia e, por exemplo, a Câmara Municipal de Alcoutim não consegue fazer determinadas coisas com fundos comunitários e a Câmara Municipal do outro lado da fronteira, outro lado do rio como é considerada uma zona pobre, que é Andaluzia, de Espanha já é muito mais pobre que nós, já pode fazer, tem fundos para isso. Portanto, é bom que nós entendamos que vivemos um bocado à custa daquilo que vai vir, por exemplo a unidade de cuidados continuados da Guia vai ser provavelmente financiada pelo PRR numa determinada percentagem, o centro de saúde, precisamente a mesma coisa, portanto, há verbas que vão entrar, nesse orçamento e que, neste momento ainda não entraram. Depois há a necessidade e possibilidade de, para algumas obras recorrer a um empréstimo bancário, que é a coisa mais naturalíssima, a coisa mais normal deste mundo, não é nenhum crime,



aliás sempre foi assim. Portanto, penso eu que tudo o que está aí será maios ou menos possível de ser realizado. Falou, nos jardins-de-infância e nas escolas, portanto, as prioridades que já tenho dito várias vezes, e que continua a ser e, quando há o reforço de rubricas, quer dizer que passou de não definido para definido, estava não definido no orçamento e agora com a questão do saldos da gerência, passou para definido daí haver esses aumentos de rubricas. Esperamos sinceramente que apareça os PRR, que apareça o Portugal vinte-trinta e que apareça a necessidade, como disse, de contrair o empréstimo destinado a determinadas obras. O empréstimo bancário é feito para pagar despesas correntes, nomeadamente festas ou salários, qualquer coisa que o seja. Um empréstimo é sempre adequado a determinados projetos, determinadas empreitadas e dessas empreitadas, o banco só disponibiliza o dinheiro perante a apresentação por parte da Câmara da fatura, e essa fatura só é passada fatura do empreiteiro, só é passada perante um auto de medição da própria obra. Portanto, não há aqui risco absolutamente nenhum, se a obra não for feita o empréstimo não é contraído."-----
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os ponto a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO SETE:-----

Votos contra: oito (08) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Silvia Dias, Carla Vieira, André Lima. -----

Abstenções: três (03) Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Nelson Cachita, Carlos Quintino, Helena Simões, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Antonieta Dias, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO OITO:-----

Votos contra: oito (08) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Silvia Dias, Carla Vieira, André Lima. -----

Abstenções: três (03) Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Nelson Cachita, Carlos Quintino, Helena Simões, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Antonieta Dias, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----



A proposta foi aprovada por maioria.-----
Carla Vieira: "Após análise das revisões do Orçamento e GOP, Albufeira Prometida verifica que, os números e os factos não enganam. Desde o início do nosso mandato, que dizemos que a política orçamental deste executivo não é compatível com as necessidades básicas dos nossos munícipes. Aposta-se em áreas que não de primeira necessidade descurando o que é realmente essencial. Esta revisão demonstra exatamente isso, o excessivo peso da administração geral nos custos do Município, que deve ser alterado e mitigado, para que se possa investir no que realmente é importante, e no que mais temos necessidade, como Educação, Saúde, Habitação e infraestruturas rodoviárias e saneamento, onde o investimento é praticamente nulo. Entendemos que os nossos recursos financeiros são escassos e que temos de os gerir de forma eficiente, equilibrada e justa cortando no que é supérfluo e aplicando no que realmente é urgente e necessário. Apesar desta revisão estar em linha com o Orçamento e GOP's anteriormente aprovados, apesar do nosso voto contra, continuamos a observar os mesmos problemas e defeitos anteriormente referidos, e por isso é necessário que se arrepie caminho para uma verdadeira gestão eficiente e planeada que maximize todos os nossos recursos e libertem meios financeiros líquidos para aplicação em investimentos necessários ao nosso Município. Assim, o nosso voto é contra, porque se perdeu mais uma oportunidade de fazer o que está certo."-----

Carla Vieira apresentou declaração de voto (Doc. n.º 5 anexo a esta ata). -----
 Uma vez entregue na Mesa o documento em falta referente ao PONTO CINCO da ordem do dia (Doc. n.º 6 anexo a esta ata) o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.

VOTAÇÃO PONTO CINCO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Nelson Cachita, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Antonieta Dias, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----
 Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e

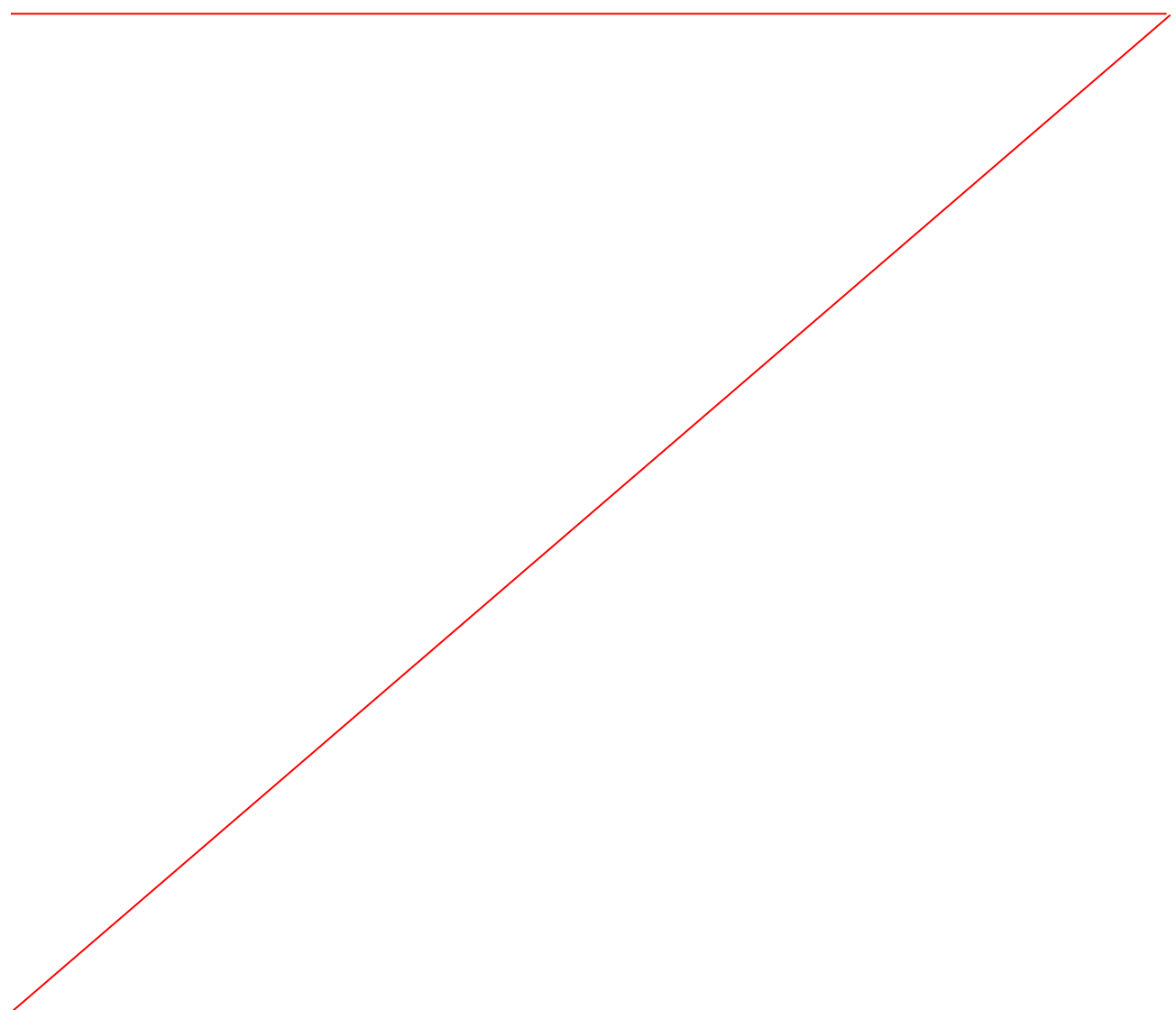
aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 27 de Fevereiro de 2023 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





De: Luisa Maria Leitão <lumarilei@live.com.pt>
Enviado: 27 de fevereiro de 2023 00:09
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Entrada 5900

Exmo. Sr. Presidente da A. M. e Deputados, gostaria que lessem o seguinte email ao Sr. presidente da Câmara.

Att/ Dr. José Carlos Rolo

Boa tarde,

No dia 2 de Fevereiro , fomos à CMA pedir autorização para colocação, na nossa casa, onde vivemos, de uma nova clarabóia que fica no cimo das escadas que vão para o 1. andar, dado que a antiga se tinha soltado e partido, com um vento forte, na semana anterior. Para a colocação da mesma, necessitamos de uma grua que só poderá trabalhar a partir da estrada do alfamar, ocupando parte da mesma, e de polícia para gerir o trânsito que só se desloca ao local com o ok da câmara. A clarabóia foi feita por encomenda e entregue em 3 dias, com urgência, tendo o fornecedor no Norte percebido que se tratava de uma casa habitada. Submetemos o pedido à CMA, que tem somente de enviar um fiscal para ver o local visto que não são obras, mas só a substituição de uma clarabóia. Pedimos urgência visto que temos um buraco dentro de casa e não houve uma única pessoa que se mostrasse interessada ou preocupada a tratar do assunto. O que ouvi durante a manhã foi “isso agora já não é comigo” “fale com os colegas” “agora tem de esperar”. Alguém disse que o melhor era ir às instalações no Pateo, fomos e as respostas “isso não é comigo de certeza” no edifício A. No B o segurança disse que ia falar com a pessoa, esperei 10 minutos e ele nunca mais apareceu. Subi as escadas e entrei num escritório, onde estavam dois funcionários em amena cavaqueira, e lá respondeu que era com uma colega que naquele dia estava no exterior e “espere que ela ligue”. Ligou de tarde, foi-lhe explicada a situação e urgência, tínhamos de esperar pelo fiscal e até hoje ninguém mais disse nada, nem apareceu. Sr. Rolo, quando o estado central ou local nos envia uma nota de pagamento, colocam a data limite e o contribuinte tem de pagar dentro dos vossos prazos. Gostaria de saber porque é que a câmara a que o sr preside não dá um prazo aquando da submissão de um pedido ou não se consiga falar com alguém que resolva assuntos básicos. A minha última pergunta para sua reflexão: se a sua casa estivesse exposta aos elementos durante o inverno, com frio chuva e vento e estivesse à espera há 8 dias, de um fiscal da câmara que só tem de vir ver, acharia que a Câmara estava a trabalhar para os seus habitantes com dedicação, profissionalismo e rapidez?

Aguardo resposta,
Carlos Carvalho
Luisa Leitão

Enviado do meu iPad



De: Associação Albufeira no Coracao <associacaoalbufeiranocoracao@gmail.com>
Enviado: 26 de fevereiro de 2023 15:35
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Fwd: Agradeco que seja lida na Assembleia Municipal dia 27/02.

Alteracao a carta . Esta passa a ser a valida. As minhas desculpas mas a anterior nao estava correta pelo que devera ficar sem efeito .

----- Forwarded message -----

From: Associação Albufeira no Coracao <associacaoalbufeiranocoracao@gmail.com>
Date: Sun, 26 Feb 2023, 15:22
Subject: Agradeco que seja lida na Assembleia Municipal dia 27/02.
To: Assembleia Municipal de Albufeira <assembleia.municipal@cm-albufeira.pt>

Carta de Agradecimento

Exmo Senhor Presidente. Vice Presidente , Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores , Presidentes de Juntas e Deputados Municipais .

Deste grupo composto por varias dezenas de pessoas , venho aqui publicamente, agradecer a 5 pessoas, as unicas que nos enviaram mensagens demonstrando preocupacao com o tragico evento de que fomos vitimas a semana passada .

Obrigado ao Vereador Desiderio Silva ao Vereador Vitor Ferraz ao Vereador Abel Zua ao Deputado Dario Pereira e ha Deputada Luna Silva. Agradeco ainda as largas centenas de municipes , que tiveram uma palavra de conforto e de carinho para connosco.

Aos outros e em especial ao Sr Presidente que em nada os afetou o furto e vandalismo de que fomos vitimas, quero vos recordar que somos pequenos comparados com as grandes Associacoes de Albufeira. Somos apenas mais uma Associacao eh verdade, mas conseguimos sustentar algumas familias , pagar medicamentos, transportes a medicos e doar muitas centenas de kilos de alimentos e de Roupas. E sim sem o vosso apoio e sem o dinheiro dos municipes .

Gerir associacoes com o dinheiro dos outros eh facil. Vir publicitar eventos maravilhosos , festas , passeios, almocos e jantares , serem adorados como benfeitores e serem os bem vistos ca do bairro tb nao eh de todo dificil, quando o fazem com alguns dos milhares que lhe sao dados , ja que os outros sabe Deus para onde vao .

Ficam lindos nas fotos so la falta a legenda "Feito com o dinheiro de todos voces" ou "Fizemos pk voces pagaram" .

Ja o proverbio diz "em terra de cego quem tem olho eh rei"e aqui aplica se na perfeicao.

Agradeco que nao misturem a Associacao com os vossos joguinhos muitas vezes tao feios e tao sujos de brincar aos politicos .

A Associacao nao tem partido politico .Nunca apoiara nenhum de voces enquanto politicos e nunca se sentara a vossa mesa a comer ha conta de dinheiros publicos.

Dra Isabel Neves
Presidente
Associacao Solidaria Albufeira no Coracao



De: américo nicolau <americonicolau54@gmail.com>
Enviado: 27 de fevereiro de 2023 14:24
Para: Assembleia Municipal de Albufeira

Boa noite

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da câmara, Srs. vereadores, Srs. deputados.

Quando criança e frequentando ainda o ensino primário, li um texto no livro da quarta classe, agora quarto ano, com o seguinte título «TODAS AS PROFISSÕES SÃO HONROSAS».

Acho que sim todas as profissões são honrosas, nunca devemos ter vergonha de trabalhar logo que seja trabalho digno.

Todos temos ouvido dizer aos políticos que:

Portugal tem a geração jovem mais bem preparada e qualificada de sempre.

À pouco tempo li um comunicado da câmara de Albufeira convidando os jovens á procura do primeiro emprego, para poderem tratar do licenciamento de vendedores de saco ás costas para poderem vender nas praías de Albufeira.

Queria perguntar ao Sr. Presidente se é apenas isto que tem para oferecer aos jovens mais bem preparados e qualificados de ALBUFEIRA.

Sem mais

Os meus respeitosos cumprimentos

Américo Nicolau



REQUERIMENTO

PROGRAMA MAIS HABITAÇÃO

Proposta e contributo para a discussão pública

Face à forte vertente turística do concelho, mas também por inegavelmente ser um concelho, em que quer a autarquia, quer os munícipes sofrem com a falta de parque habitacional capaz de responder às reais necessidades da sua comunidade, a bancada municipal do PSD/CDS não podia se “demitir” do debate político, que urge fomentar, por forma a prevenir que algumas das propostas vertidas no programa em apreço, não venham a ter efeitos nefastos no nosso tecido empresarial, empobrecendo ainda mais o concelho, mas também para que os dogmas políticos, que alegadamente justificam tal programa, sejam elencados, e para tal decorreremos em síntese todas as medidas propostas no dito programa.

I – CONVERTER O USO DE IMÓVEIS DE COMÉRCIO OU SERVIÇOS EM USO HABITACIONAL

O Governo com esta medida vem propor um regime de Simplex, de “Via Rápida”, a que os proprietários de frações de comércio e serviços poderão jogar mão, para converterem tais frações para o uso habitacional, ignorando as especificidades até então exigidas a cada um dos tipos de imóveis referidos, e recorde-se muitos deles inseridos em prédios, alvarás de loteamento, etc....

Crítica sumária:



2

1. Tal afeta, os índices de ocupação do território, muitas das vezes estipulados em PDM's, Planos Pormenor, etc...
2. A afetação tem impacto ao nível do seguro obrigatório contra incêndios, já sem falar nos Seguros Multirriscos;
3. Os valores de reconstruções também se encontram estipulados por Portaria anual, de acordo com a afetação do imóvel;
4. Indubitavelmente, a dita alteração de uso, no que concerne frações autónomas inseridas em prédios sob o regime de propriedade horizontal, dependem da prévia autorização dos condomínios, para as quais a alteração teria de ser aprovada por unanimidade do capital investido – cf. 1419.º do CC;
5. De entre outras, e não as acima taxativamente.

I. – DISPONIBILIZAR IMÓVEIS DO ESTADO EM REGIME DE CDH

Disponibilizar a cooperativas ou promotores privados em regime de Contrato de Desenvolvimento para Habitação (CDH) solos ou edifícios públicos para construção, reconversão ou reabilitação de imóveis para arrendamento acessível.

Crítica sumária:

1. Apenas e só se dirá, que a medida só peca por tardia;
2. Bem como se dirá, que demonstra que o Governo por si só e diretamente, não consegue gerir o seu próprio parque imobiliário, dependendo uma vez mais dos particulares para o cumprimento de uma das suas missões;



3

3. Bem como e eventualmente, nascerá mais uma Empresa Pública (sob qualquer forma ou designação jurídica) para gerir e levar a bom porto esta missão, para uns anos ou uma década mais tarde vir a ser extinto;
4. De entre outras, e não as acima taxativamente.

III – SIMPLIFICAR PROCESSO DE LICENCIAMENTO

Aprovação dos projetos feita com base nos termos de responsabilidade dos autores dos projetos, nada mais é do que uma carta verde, um Simplex, uma via rápida.

Crítica sumária:

1. Exatamente no ano, em que os ditos PDM's de 2.ª Geração, têm de entrar em vigor, como consequência e imposição legal emanada pelo Governo, nos quais como é sabido as zonas de expansão urbana e construção dispersa estão profundamente em crise, fruto da dita imposição legal, vem este dito *simplex*, não conseguimos vislumbrar como vão compatibilizar duas realidades tão antagónicas;
2. No licenciamento de projetos de especialidade, *i.e.* os que versem sobre estabilidade, segurança, sísmica, etc.... depositar tamanha fé, nos privados, entenda-se nos autores de tais projetos, poderá a jusante, e no futuro resultar em construções defeituosas;
3. Não existindo esse garante dos departamentos de obras particulares por parte dos serviços municipais, os de controlo e fiscalização, os litígios por construções defeituosas aumentarão exponencialmente, sendo que infelizmente, muitas das



4

vezes mesmo que se obtenha uma sentença favorável, a mesma é vazia de conteúdo, porque já não há a quem se reclamar;

4. De entre outras, e não as acima taxativamente.

IV – JUROS DE MORA POR INCUMPRIMENTO DOS PRAZOS

Criar um regime de juros de mora que visa aplicar uma sanção pecuniária aos municípios e às entidades externas envolvidas em caso de incumprimento dos prazos legalmente estabelecidos.

Crítica sumária:

1. O Estado Central, vivendo, como sempre, alienado das dificuldades de contratação pública de funcionários, que as autarquias vivem;
2. Dificuldades essas que muitas vezes resultam num processo lento aquando da aprovação do licenciamento;
3. Forma de aferir tal atraso, meramente tácito, pressupõe a observância de critérios judiciais, o direito ao contraditório, etc....
4. Diremos que se calhar, muitos técnicos de departamentos afetos aos processos de licenciamento, por e simplesmente entregarão declarações de exclusão de responsabilidade, por anomalias e construções defeituosas que se possam vir a detetar;
5. De entre outras, e não as acima taxativamente.



V – AUMENTAR CASAS NO MERCADO DE ARRENDAMENTO

Disponibilização imediata de oferta de habitação para os agregados com especial dificuldade no acesso ao mercado de arrendamento.

Crítica sumária:

1. Enquanto se mantiver na esfera da proposta e não como o anunciado, arrendamento coercivo dos imóveis devolutos, se o Estado conseguir aplicar em regime voluntário, nada a criticar;
2. No entanto se dirá, que se nesta última década o Governo nada conseguiu efetivamente fazer para colmatar a falta de habitação, tendo um vasto espólio de imóveis próprio à sua disposição, porque agora conseguirá, e uma vez mais recorrendo aos privados para o fazer;
3. De entre outras, e não as acima taxativamente.

VI – CRIAR UM BALCÃO ÚNICO DE ARRENDAMENTO

A criação de um balcão de arrendamento que agregue Serviços de Injunção em Matéria de Arrendamento (SIMA) e Balcão Nacional do Arrendamento (BNA), com vista à simplificação dos procedimentos e à criação de um sistema integrado de acesso à informação.

Crítica sumária:

1. A implementação de um sistema integrado de acesso à informação em matéria de arrendamento destinado a arrendatário e senhorios, *per si*, não viola o RGPD?!



6

2. A simplificação de procedimento não deriva da criação ou não de uma nova entidade, mas sim da NRAU e outras leis de arrendamento simultaneamente em vigor, ou seja, como sempre o Governo está a tentar resolver o problema a jusante ao invés de a montante;
3. De entre outras, e não as acima taxativamente.

VII – BALCÃO NACIONAL DE ARRENDAMENTO – GARANTIA DE PAGAMENTO AO SENHORIO APÓS TRÊS MESES DE INCUMPRIMENTO

Pretende-se garantir um reforço da segurança do senhorio, na medida em que o risco pelo incumprimento do contrato por parte do arrendatário é reduzido, ao mesmo tempo que se retira do Balcão Nacional de Arrendamento as situações de incumprimento motivadas por uma causa socialmente atendível, assumindo o Estado o dever de apoiar e garantir uma resposta habitacional para esses casos.

Crítica sumária:

1. Em bom rigor é como se o Estado passasse a ser fiador, garante de bom pagamento, mas lá está, às custas dos contribuintes;
2. De difícil aplicabilidade, até porque até ao presente momento ainda não se percebe a forma de aplicabilidade de tal medida, nem o impacto financeiro da mesma;
3. O Estado passa a ser o “pai” de todos nós, podendo levar a que uma boa franja da população se exonere da condução da sua própria vida, até porque o Estado estará cá para suprir;
4. De entre outras, e não as acima taxativamente.



VIII – ISENÇÃO DE IRS SOBRE MAIS-VALIAS NA VENDA AO ESTADO E AOS MUNICÍPIOS

Incentivar a aquisição de imóveis prontos a habitar pelo Estado, reduzindo a carga fiscal em 100%.

Crítica sumária:

1. Beneficiará os Fundos, que já beneficiam de benefícios fiscais, e que durante anos se recusaram a dispor do seu património (ainda que devoluto), para agora a final poderem ser isentados de mais valias;
2. Estado intervencionista no mercado privado, usando o seu poder legislativo, para criar uma concorrência desleal;
3. De entre outras, e não as acima taxativamente.

IX – FINANCIAMENTO AOS MUNICÍPIOS PARA REALIZAREM OBRAS COERCIVAS

Fomentar o cumprimento das prerrogativas dos municípios já existentes no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), com a criação de uma linha de financiamento num valor de 150M€.

Crítica sumária:

1. Sendo que o grosso dos imóveis, estão inseridos em regime de propriedade horizontal, ou seja, estão inseridos em condomínios propriamente ditos, porque não envolver as duas associações de empresas de administração de condomínios propriamente ditas, na solução;



8

2. Havendo associações do foro, porquê transferir tal prerrogativa para os municípios, ao invés de envolver os interessados na solução do problema;
3. De entre outras, e não as acima taxativamente.

X – INCENTIVO À TRANSFERÊNCIA PARA HABITAÇÃO DAS CASAS EM ALOJAMENTO LOCAL

Garantir um equilíbrio entre as respostas habitacionais e a continuidade do Alojamento Local.

Crítica sumária:

1. O regime de Alojamento Local foi criado em 2014, que permitiu passar de um regime de clandestinidade para a exploração lícita de milhares de segundas habitações, no Algarve;
2. Reverter tal sistema, será um retrocesso no tempo, atirando para a clandestinidade muitos proprietários, sem que efetivamente tais imóveis sejam “dados” em arrendamento ao ano;
3. O Regime de Alojamento Local, atualmente em Portugal, já garante uma franja substancial da oferta turística de Portugal, com especial enfoque no Algarve e no caso em apreço em Albufeira;
4. O dito regime permitiu aos particulares e ao próprio estado, driblar a crise financeira de 2018;
5. Apenas 9 anos depois, e sendo que o dito regime, já sofreu alterações em sede de tributação fiscal, promover tamanhas e profundas alterações, evidencia uma colossal falha de segurança jurídica, na qual o Estado procede à alteração dos



- regimes vigentes, ao sabor do vendo, criando desconfiança e suspeição no mercado imobiliário;
6. A criação de CEAL (Contribuição extraordinária sobre o Alojamento Local), para financiamento de políticas públicas de habitação acessível, uma vez mais os privados empreendedores a financiar as funções, que deveria ser o Estado;
 7. Recordo que já fruto da última alteração legislativa, o AL, viu o seu regime contributivo agravado, bem como fruto da referida alteração legislativa virão as suas quotas de condomínio majoradas em mais 30%;
 8. A caducidade por transmissão já faz parte do regime jurídico existente;
 9. Os condomínios já têm tal prerrogativa, desde que recorram à via judicial, ou seja, que o “incómodo” seja objeto prova judicial e como critério para a dita cassação, se por um lado as alterações de uso o Governo não quer submeter ao critério colegial da Assembleia de Condóminos, já para a cassação de licenças sim!! Dois pesos e duas medidas!!
 10. De acordo com o regime jurídico em vigor do AL, as autarquias apenas têm competência para aferir a conformidade do imóvel com os requisitos da legislação em vigor, e vai-se alargar tal competência às juntas com poucos recursos e conhecimentos técnicos;
 11. De entre outras, e não as acima taxativamente.



XI – ARRENDAMENTO OBRIGATÓRIO DE CASAS DEVOLUTAS

O Estado pode mobilizar património devoluto, por razões de interesse público, através do arrendamento por entidades publicas, com o respetivo pagamento de renda ao senhorio.

Crítica sumária:

1. Assustador, quando coercivamente o Estado poder tomar posse administrativa de um bem privado, para que o privado se substitua os deveres do estado, de garantir habitação;
2. A liberdade de dispor algo que nos é propriedade exclusiva, é um dos princípios basilares de um Estado de Direito Democrático, que este Governo opta por atropelar;
3. A função social da habitação, é um dos corolários do Estado, não dos privados cumprirem, por ineptidão do Estado!
4. Não se vislumbra, como o Governo conseguirá operacionalizar, tornar exequível tal pretensão no nosso quadro legislativo/constitucional;
5. De entre outras, e não as acima taxativamente.

XII – INCENTIVOS FISCAIS AO ARRENDAMENTO ACESSÍVEL

Alargar a oferta de arrendamento acessível.

Crítica sumária:

1. O benefício fiscal de 6% de IVA já existe no sistema fiscal, para Empreitadas de Construção e Reabilitação Urbana, nenhuma novidade;



2. As demais medidas fiscais, poderão ser um bom incentivo fiscal;
3. De entre outras, e não as acima taxativamente.

XIII – LINHA DE FINANCIAMENTO BONIFICADO PARA PRIVADOS – 250 M€

Fomentar, juntamente com a disponibilização de imóveis públicos e da criação de um novo regime fiscal, a criação de novas respostas de arrendamento acessível.

Crítica sumária:

1. Nada a criticar.

XIII – NORMAS FISCAIS PARA INCENTIVAR O ARRENDAMENTO

Dar confiança aos senhorios e incentivar o arrendamento.

Crítica sumária:

1. A redução de taxas de IRS para os contratos de arrendamento habitacional de longa duração, já foi tentado em lei anterior, e não foi bem-sucedido, por variadíssimos motivos, que eventualmente se prenderão com uma diminuição pouco significativa das taxas;
2. Criar as isenções fiscais apenas para os imóveis que ficam na tutelam do Estado, uma vez mais será criar no mercado uma concorrência desleal e um abuso de poder;
3. De entre outras, e não as acima taxativamente.

**XIV – COMBATER ESPECULAÇÃO**

Acabar com o regime dos Vistos Gold.

Crítica sumária:

1. Ninguém presentemente e efetivamente têm a real noção, quer do alegado prejuízo que os Vistos Gold possam ter causado na Habitação para arrendamento de longa duração disponível, nem com a perda de receita na economia que a abolição de tal regime possa causar;
2. Porque não, obrigar que para a obtenção dos ditos Vistos Gold, os proponentes tenham de efetuar determinado investimento vocacionado exclusivamente para o Arrendamento de Longa Duração? Assim conseguir-se-ia compatibilizar o melhor dos dois mundos;
3. Porque não mexer com os o regime fiscal dos Fundos, já que são os mesmos que detém muito dos imóveis devolutos;
4. De entre outras, e não as acima taxativamente.

XX – GARANTIA DE RENDA JUSTA EM NOVOS CONTRATOS

Estabilizar as rendas nos novos contratos em função das rendas livremente definidas pelos senhorios nos contratos anteriormente celebrados (nos últimos cinco anos).

Crítica sumária:

1. Desenvolver políticas de habitação às custas e expensas dos senhorios, aos quais nem lhes é permitido atualizar rendas para os novos contratos em função da inflação, entenda-se em função do custo de vida;



2. De entre outras, e não as acima taxativamente.

XXI – PROTEGER FAMÍLIAS

XXII – IRS SOBRE MAIS-VALIAS

XXIII – OBRIGATORIEDADE DE OS BANCOS DISPONIBILIZAREM UMA ALTERNATIVA DE CRÉDITO À HABITAÇÃO A TAXA FIXA

Crítica sumária:

1. Nada a criticar nas propostas, vetores, objetivos imediatamente acima.

XXIV - APOIO NA SUBIDA DA TAXA DE JURO DO CRÉDITO À HABITAÇÃO

Garantir a manutenção das habitações próprias e permanentes.

Crítica sumária:

1. A condição de elegibilidade de um máximo de capital em dívida inferior a 200 mil €, excluiu muitas famílias que já viram as suas prestações aumentarem, exponencialmente;
2. Famílias de 4, que adquiriram T2/T3, cujo valor por m2, em Albufeira não se coaduna com os ditos “inferior a 200K€”;
3. De entre outras, e não as acima taxativamente.

**XXVI - APOIO EXTRAORDINÁRIO AO PAGAMENTO DAS RENDAS**

Garantir que as famílias com taxas de esforço elevadas com contratos de arrendamento celebrados até 31.12.2022 recebem um apoio ao pagamento das respetivas rendas.

Crítica sumária:

1. O requisito de elegibilidade, de rendas enquadradas nos limites previstos no Porta 65, por si só, exclui grande parte dos contratos de arrendamento de longa duração a vigorar em Albufeira;
2. O que só por si demonstra um profundo desconhecimento do Governo, face à realidade habitacional vivida em Albufeira;
3. E consequentemente excluirá, cidadãos que efetivamente poderão estar a precisar deste apoio;
4. De entre outras, e não as acima taxativamente.

Em suma, muito mais se poderia dizer, mas também sabemos, que quer o documento do Governo, quer a nossa crítica/propostas de correção ao mesmo, são meras resenhas, pois muito ainda terá que obrigatoriamente de ser debatido, escrutinado e aprimorado.

Pelo que nos termos dos art.º 23.º, 30.º, n.º 1, al. a) e al. g), art.º 34.º, art.º 43.º, al. a), b) e c) e do art.º 48.º, n.º 1, al. b), todos do Regimento da Assembleia Municipal de Albufeira se dá entrada do presente requerimento na forma escrita, devendo o mesmo ser remetido a todos os Grupos Municipais e deputados da sobredita Assembleia Municipal, sendo que em concreto se requer:

1. **Requer-se** o envio do presente Requerimento ao Governo, para que venha a ser incluído como contributo, no momento de discussão pública do Programa Mais Habitação.

Albufeira, 27 de Fevereiro de 2022

Subscrito pela Bancada Municipal de Albufeira, do PSD e CDS.

Helena Polónia Simões
Luís Lima
Luís Vítor Aguiar
Indaleto Cabrita
António
Paulo
João



Desde o início do nosso mandato, que dizemos que a política orçamental deste executivo não é compatível com as necessidades básicas dos nossos munícipes.

Aposta-se em áreas que não de primeira necessidade descurando o que é realmente essencial.

Esta revisão demonstra exactamente isso, o excessivo peso da administração geral nos custos do Município, que deve ser alterado e mitigado, para que se possa investir no que realmente é importante, e no que mais temos necessidade, como Educação, Saúde, Habitação e infraestruturas rodoviárias e saneamento, onde o investimento é praticamente nulo.

Entendemos que os nossos recursos financeiros são escassos e que temos de os gerir de forma eficiente, equilibrada e justa cortando no que é supérfluo e aplicando no que realmente é urgente e necessário.

Apesar desta revisão estar em linha com o Orçamento e GOP's anteriormente aprovados, apesar do nosso voto contra, continuamos a observar os mesmos problemas e defeitos anteriormente referidos, e por isso é necessário que se arrepie caminho para uma verdadeira gestão eficiente e planeada que maximize todos os nossos recursos e libertem meios financeiros líquidos para aplicação em investimentos necessários ao nosso Município.

Assim, o nosso voto é contra, porque se perdeu mais uma oportunidade de fazer o que está certo.

Miranda
Carla



**DECLARAÇÃO DE VOTO – Pontos 7 e 8
17 de Fevereiro de 2023**

Após análise das alterações efetuadas nesta revisão verificamos que:

1. A previsão/dotação das despesas com pessoal cifram-se em 36.252.266,00€;
2. A previsão/dotação das despesas com aquisição de bens cifram-se em 11.784.576,00€;
3. A previsão/dotação das despesas com aquisição de serviços é de 39.379.746,95€;
4. A previsão/dotação das despesas com transferências correntes é 9.794.214,00€;
5. Com aquisição de bens de capital pensamos gastar 39.483.309,00€

Somando apenas o valor das despesas com o pessoal com a da aquisição de bens e serviço temos o valor de 87.416.588,95€. Não é necessário ter uma licenciatura em economia, gestão ou finanças para perceber que este nível de despesas correntes, tendo em conta apenas estas 2 rubricas, não é suportável para o nosso município e que, por este andar, iremos ter de pedir ajuda ou contrair empréstimos a muito breve trecho.

Verificamos também que dos 48.507.852,95€ do saldo da gerência 45,63% foram para o PPI (22.134.365,00€) e 54,37% (26.373.487,95€) para as AMR's.

Relativamente ao PPI os grandes incrementos de verbas desta revisão recaíram sobre o ordenamento do território com uma percentagem de 16,97% sobre o valor afeto ao PPI, ação social com uma percentagem de 16,14% e o ensino não superior com 10,60%. Áreas fundamentais como a habitação tem previsto apenas 2,24%, Saúde 3,12%, Cultura 0,21% e Indústria e energia 0,57%. Entre o que se diz ser prioridades de ação e o que estes documentos refletem, fica mais uma vez o que importa aquém do esperado. Mesmo o valor afeto à Educação é baixo para as necessidades do nosso concelho. Realçamos, mais uma vez, que o valor afeto a administração geral nesta revisão é maior do que o alocado aos serviços auxiliares de ensino, saúde, habitação, cultura, resíduos sólidos, Turismo e proteção civil no seu conjunto. Deixa o que pensar.

Relativamente as Atividades mais Relevantes (AMR's) verificamos que as funções mais bafejadas com recursos desta revisão foram a Administração Geral com uma percentagem de 26,68% sobre o valor afeto as AMR's, o Abastecimento de Água com uma percentagem de 23,06%, Resíduos Sólidos com 14,51% e Saneamento com um peso de 12,96%. Mais uma vez a administração Geral recebe a maior fatia deste valor afeto a esta revisão que ultrapassa o somatório dos valores das rubricas de Educação, saúde, ação social, habitação, ordenamento do território, cultura, desporto, proteção do meio ambiente, etc. Os números e os factos não enganam. Esta revisão demonstra o excessivo peso da administração geral nos custos do Município, o que deve ser alterado e mitigado para que se possa investir no que realmente é importante e no que mais temos necessidade como Educação, Saúde, Habitação e infraestruturas rodoviárias e saneamento.

**Declaração de inexistência de conflito de interesses**

(a que se refere o n.º 5 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro)

Paulo Jorge Batalha Lopes Azevedo, CC 07798245, morada profissional em Estrada de Patroves, Páteo, Albufeira, na qualidade de Diretor de Departamento do Município de Albufeira, participando como membro do Júri no procedimento relativo ao concurso público internacional para a “**concessão do direito de uso privativo de espaço público para a instalação de postes de sinalética direcional publicitária no concelho de Albufeira**”, declara não estar abrangido, na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa.

Mais declara que se durante o procedimento de formação do contrato tiver conhecimento da participação nele de operadores económicos relativamente aos quais possa existir um conflito de interesses, disso dará imediato conhecimento ao órgão competente da entidade adjudicante, para efeitos de impedimento ou escusa de participação no procedimento, nos termos do disposto nos artigos 69.º a 76.º do Código do Procedimento Administrativo.

Albufeira,